

MEMORIA  
APRESENTADA À  
L'UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À CHICOUTIMI  
COMO EXIGENCIA PARCIAL  
DO MESTRADO EN EDUCACAO

POR  
JOAO SANTANA GOMES MELO

ASCENSAO SOCIAL DO NEGRO VIA SCOLARIDADE  
E MERCADO DO TRABALHO

DECEMBRO 2002



### Mise en garde/Advice

Afin de rendre accessible au plus grand nombre le résultat des travaux de recherche menés par ses étudiants gradués et dans l'esprit des règles qui régissent le dépôt et la diffusion des mémoires et thèses produits dans cette Institution, **l'Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)** est fière de rendre accessible une version complète et gratuite de cette œuvre.

Motivated by a desire to make the results of its graduate students' research accessible to all, and in accordance with the rules governing the acceptance and diffusion of dissertations and theses in this Institution, the **Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)** is proud to make a complete version of this work available at no cost to the reader.

L'auteur conserve néanmoins la propriété du droit d'auteur qui protège ce mémoire ou cette thèse. Ni le mémoire ou la thèse ni des extraits substantiels de ceux-ci ne peuvent être imprimés ou autrement reproduits sans son autorisation.

The author retains ownership of the copyright of this dissertation or thesis. Neither the dissertation or thesis, nor substantial extracts from it, may be printed or otherwise reproduced without the author's permission.

**JOÃO SANTANA GOMES MELO**

**ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO VIA  
ESCOLARIDADE E MERCADO DE  
TRABALHO**

Orientadora: Profa. Dra. Arlinda Paranhos Oliveira

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade de Quebec à Chicoutimi, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre.

À memória de meus pais, Ernestino Carlos e Altair Melo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me haver permitido fazer essa caminhada de crescimento.

Aos meus pais Ernestino Carlos Melo e Altair Gomes Melo que por certo onde estiverem estarão felizes por saber que a semente que plantaram com tanto sacrifício foi produtiva e rendeu frutos profícuos de alegrias e conhecimentos.

Aos meus irmãos Maria Amélia, Zélia Maria, José Maria e Antonina Melo, pela ajuda, apoio, incentivo e, sobretudo, pelo carinho que nunca me faltou, principalmente nos momentos mais difíceis.

A minha esposa Antônia Regina e aos meus filhos Izabel de Fátima, Ângela Regina e João Carlos, por entenderem e caminharem juntos rumo ao progresso com muita força e compreensão.

Aos mestres, colegas e amigos que me incentivaram para que este sonho fosse transformado em realidade ensejando projetos para sonhos futuros.

Agradecimento especial à Profa. Dra. Delcele Mascarenhas de Queiroz e à Profa. Mestra, Doutouranda Leliana Gauthier, que, através de incentivo e com paciência, colocaram-se sempre como conselheiras dedicadas.

Aos profissionais por mim pesquisados, que me receberam para que pudesse realizar as entrevistas, dedicando a mim parte de seu tempo e dividindo comigo suas histórias de vida.

E, de um modo especial, à minha orientadora, Profa. Dra. Arlinda Paranhos Oliveira, pela seriedade e honestidade com que desempenha o seu trabalho, pela ajuda, compreensão e confiança nesta pesquisa.

# SUMÁRIO

	<b>PÁGINAS</b>
<b>RESUMO</b>	<b>01</b>
<b>RESUMEEÉ</b>	<b>03</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>PROBLEMÁTICA</b>	<b>09</b>
<b>1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS</b>	<b>15</b>
1.1. GÊNESE DA ESCRAVIDÃO	15
1.2. O PROCESSO CIVILIZATÓRIO DO NEGRO AFRICANO	19
1.3. A EXPANSÃO MARÍTIMA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	21
1.4. O POVOAMENTO	25
1.5. A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO COLONIAL	26
1.6. A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO APÓS A ABOLIÇÃO	31
<b>2. QUADRO CONCEITUAL</b>	<b>43</b>
2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	43
2.2. MOBILIDADE SOCIAL	43
2.3. A ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO NA VISÃO DE ALGUNS ESTUDIOSOS	47
2.4. TRABALHO E EDUCAÇÃO	51
2.5. REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	57
2.6. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	59
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>69</b>

3.1. ESCOLHA DOS MÉTODOS	69
3.2. RECORTE TEMPORAL	77
3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA	78
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>80</b>
4.1 IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	80
4.2. A QUESTÃO DA NEGRITUDE	85
4.3. O EMBRANQUECIMENTO – TEORIAS	86
4.4. A QUESTÃO DA IDENTIDADE MESTIÇA NO BRASIL	89
4.5. CLASSIFICAÇÃO RACIAL – UM PROBLEMA BRASILEIRO	91
4.6. A QUESTÃO DO PRECONCEITO E DA DESCRIMINAÇÃO RACIAL	92
4.7. TRABALHO – LOCAL DE DESCRIMINAÇÃO RACIAL	93
4.8. PROFISSÃO, ESCOLHA E ASPIRAÇÕES	95
4.9. A ASCENSÃO SOCIAL – TRAJETÓRIAS	97
4.10. ESCOLA E A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE VIDA	98
4.11. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ASCENSÃO SOCIAL	99
4.12. RELAÇÕES RACIAS: BRASIL, BAHIA E SALVADOR	100
4.13. O NEGRO ASCENDENTE ANTE O MUNDO GLOBALIZADO	117
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>121</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>125</b>

encontram ainda hoje. Todos estes problemas são considerados como dificuldades que o negro terá que superar para lograr o sucesso almejado.

## RESUMO

A ascensão social do negro no mercado de trabalho é um estudo realizado para analisar o perfil dos profissionais liberais negros com escolaridade superior na Cidade do Salvador, e tem como objetivo abordar principalmente a relação entre a ascensão social dos negros e a sua identidade etnográfica, dando ênfase a alguns aspectos considerados importantes, tais como: escolaridade, vida social, consumo e lazer, a visão sobre a discriminação racial e o envolvimento com a cultura negra. Com o surgimento de uma nova identidade negra nas duas últimas décadas, os negros de classe média perceberam a sua importância etnográfica, procurando a autovalorização. Devido à complexidade do tema que engloba as categorias cor e condição social, foi necessária a introdução de alguns conceitos básicos utilizados na linguagem, para um melhor entendimento do processo de exclusão pelo qual passou o negro no período da colonização brasileira e, atualmente, passam os seus descendentes. Apresenta-se a metodologia, a História de Vida, analisando-se os procedimentos metodológicos utilizado. No recorte temporal, analisa-se o contexto educacional brasileiro que vai de 1930 a 1960. Enfatizam-se as questões referentes aos problemas que os negros (que são o objeto de estudo da pesquisa) tiveram que ultrapassar para conseguir e permanecer na nova condição social. Por outro lado, sabe-se que esta dificuldade por que passa o negro, hoje, reporta-se aos primeiros momentos em que seus ancestrais aqui chegaram vindos da África. É analisada esta trajetória, passando pelo processo da abolição da escravatura e atingindo as dificuldades que os seus descendentes

## RESUMÉ

L'ascension sociale du Noir sur le marché du travail constitue une étude réalisée avec l'objectif d'analyser le profil des Noirs de professions libérales de la ville de Salvador. Son but principal est de mettre en rapport l'ascension sociale et l'identité ethnographique des Noirs, en mettant en évidence quelques aspects comme la scolarité, la vie sociale, la consommation et les loisirs, la vision sur la discrimination raciale, les rapports avec la culture noire, etc. Avec la naissance, dans les dernières décennies, d'une nouvelle identité noire, les Noirs de classe moyenne ont cherché l'auto valorisation.

La complexité du thème qui prend en considération la couleur et la condition sociale a exigé de prendre en compte certains concepts afin de mieux comprendre le processus d'exclusion par lequel les Noirs et ses descendants ont passé pendant la période de colonisation brésilienne et par lequel ils passent encore aujourd'hui.

La méthodologie utilisée, les histoires de vie, est par la suite présentée en montrant les procédures méthodologiques qui ont été utilisées. On analyse aussi le contexte éducationnel qui commence vers 1930 et que se termine au tour des années 1960. L'analyse de cette période permet de mettre en évidence les problèmes auxquels les Noirs ont été confrontés et auxquels ils ont dû dépasser pour maintenir une nouvelle condition sociale. Afin de comprendre les difficultés du Noir d'aujourd'hui nous avons tracé la trajectoire des ancêtres arrivés de l'Afrique. Cette trajectoire est analysée pour comprendre les difficultés que les descendants Noirs ont dû affronter pour faire partie de la société brésilienne.

## RESUMÉ

L'ascension sociale du noir sur le marché du travail c'est une étude réalisée pour analyser le profil des noirs de professions libérales et une scolarité de niveau supérieur, dans la ville de Salvador et il a comme finalité principale de rapport entre l'ascension sociale des noirs et leur identité ethnographique, en mettant en évidence quelques aspects que nous jugeons importants, comme la scolarité, la vie sociale, la consommation et les loisirs, la vision sur la discrimination raciale, le rapport avec la culture noire. Avec la naissance d'une nouvelle identité noire dans les dernières, décennies, les noirs de classe moyenne leur importance ethnographique et ils ont recherché l'autovalorization. Dû à la complexité de ce thème qui globalise les catégories couleur et condition sociale, il a été nécessaire d'introduire quelques concepts utilisés dans le langage pour mieux répondre au processus d'exclusion par lequel ils sont passés dans la période de la colonisation brésilienne et passent actuellement leurs descendants. On présente la méthodologie utilisée, l'Histoire de Vie, en analysant les procédures méthodologiques qui peuvent être utilisées. Dans cet espace de temps on analyse le contexte éducationnel brésilien qui commence vers 1930 et finit à 1960. On met en évidence les questions qui se rapportent aux problèmes que les noirs (qui sont l'objet d'étude de la recherche) ont eu à dépasser pour maintenir leur nouvelle condition sociale. D'un autre côté, on sait que cette difficulté du noir d'aujourd'hui est la conséquence des premiers moments lorsque ses ancestraux sont arrivés d'Afrique. On analyse cette trajectoire et même le processus de l'abolition de l'esclavage

jusqu'à la difficulté que ces descendants ont trouvé jusqu'au présent. Tous ces problèmes sont considérés comme des difficultés que les noirs auront à dépasser pour leur succès.

## INTRODUÇÃO

Pertencer a um segmento social na condição de negro e pobre, nascido numa cidade do interior cuja população negra sofria uma estigmatização sutil e perversa, foi a minha origem, o meu viver, enquanto ali permaneci.

A construção da minha identidade se deu, como talvez a de muitos negros, sob a influência da família que me orientava, sinalizando a direção que deveria tomar buscar ascender socialmente, superar as barreiras sociais. A educação parecia ser este caminho. Para isto fui colocado na escola pública que era, naquele tempo, uma escola de qualidade (não havia escolas particulares na minha cidade).

A aspiração familiar passada para os filhos era de que a Educação a Formatura era a forma de melhorar a nossa condição de vida, e o professor era visto, então, como profissional de *status*, merecedor de respeito, e a carreira, a oportunidade de trabalho.

Ser professor passou a ser o meu sonho! E assim me vejo hoje, em Salvador, com formação universitária, exercendo minhas atividades na escola pública, confrontando-me com a realidade de educação pública e as suas várias exclusões: étnicas, econômicas e sociais.

Por estar envolvido nestas questões, sinto-me motivado a pesquisar, aprofundar o conhecimento da nossa realidade, ir além do aparente, ou seja, questionar o papel do sistema escolar na transmissão das ideologias dominantes.

Na sociedade capitalista, o saber é privilégio da classe dominante e contribui para manter sua hegemonia, fortalecendo a relação de dominação e exploração. A escola, como um dos aparelhos ideológicos do estado tem uma estrutura criada para reproduzir as ideologias e valores dominantes garantindo as relações de produção: capital x trabalho. Quando na realidade a função básica da escola deveria ser garantir **oportunidades iguais** democratizando o conhecimento, o que desaparece naturalmente no processo. (DOWBAR, 1991, p.61)

A sociedade, ao longo do tempo, criou suas escolas com o objetivo de perpetuar seus interesses, controlando sua difusão a partir do momento em que oferece uma educação aprimorada para a classe dominante, enquanto aos filhos dos trabalhadores ou negros, ou seja, à classe popular (por classe popular, entende-se aquela em que a subsistência dos seus componentes é obtida praticamente da venda do seu trabalho) é oferecida uma frágil formação intelectual que reforça a exclusão de forma preconceituosa. Levin (1984), caracteriza a escola como um espaço de contradição ao evidenciar que ela pode atuar tanto possibilitando a igualdade de oportunidades, quanto retardando as potencialidades humanas; pode funcionar expandindo essas potencialidades como pode servir de estratégia mantedora do “*status quo*”.

Ainda em relação ao duplo papel desenvolvido pela escola, a teoria marxista atribui à educação capitalista a característica de uma educação como um processo de adaptação às relações existentes, que assegura aos filhos da classe dominante os privilégios de sua classe e “adapta” os filhos da classe popular às condições de sua existência.

Entretanto, paralelamente, dentro da escola, o saber que ali circula leva a questionamentos sobre a realidade num contexto social amplo, do que a classe popular poderá apropriar-se de forma consciente, no sentido de usar esse mecanismo de forma intencional em proveito próprio para galgar condições melhores de luta e sobrevivência, a fim de ascender socialmente.

Apesar da dupla função que a escola exerce, analisando-se seu lado positivo, ela permite que algumas pessoas negras oriundas das classes populares possam melhorar as possibilidades de vencer na vida, o que resulta na mobilidade social.

Por outro lado, a expansão da educação pode ser uma força libertadora, à medida que proporcionam conhecimentos, valores, atitudes e aspirações para uma participação plena e democrática de todos os cidadãos.

A respeito das discussões sobre educação, teóricos preocupados em elaborar uma proposta democrática e efetiva da educação, têm desenvolvido estudos, pesquisas e debates a respeito de várias questões a ela relacionadas. O tema proposto para estudo e pesquisa – ascensão social do negro por meio de escolaridade e inserção no mercado de trabalho – decorre da necessidade de analisar a relação que se estabelece entre raça, educação e inserção do negro no mercado de trabalho, na cidade de Salvador.

Por meio de uma amostra delimitada, são aqui estudadas as trajetórias escolares dos profissionais negros que constituem o universo da pesquisa, examinando os processos de escolha de suas carreiras e sua relação com a questão racial, vista no processo de formação da identidade e na abordagem das situações de discriminação e preconceito.

Esta relação tem levado alguns teóricos educacionais e movimentos que lutam pela construção de uma proposta de democratização de uma sociedade, a acreditar na educação como um dos meios de romper estas barreiras que tanto dificultam o acesso do aluno negro à educação e, conseqüentemente, a sua inserção no mercado de trabalho. Estes estudos têm por finalidade retratar a situação de exclusão e marginalização em que vive a maioria da população negra. Na sociedade brasileira, a existência de desigualdades entre

brancos e negros ocorre nas oportunidades educacionais, na participação no mercado de trabalho ou na qualidade de vida de um modo geral.

O mercado de trabalho e a escola são locais onde ocorre a discriminação racial e reproduzem os valores vigentes no interior da estrutura social.

As relações de produção definem os objetivos e funcionamento das instituições. O Estado pela sua natureza é ideológico, sendo que o sistema educacional é o seu principal aparelho ideológico, que funciona necessariamente para reproduzir a estrutura das classes de produção – a divisão do trabalho e das habilidades e as relações de produção. (ALTHUSSER, 1974, p.9)

Althusser (1974) percebe a divisão do trabalho e a produção de habilidades como parte da função reprodutiva dos aparelhos ideológicos do Estado. Segundo ele, o sistema educacional determina não só como as pessoas trabalham, mas também o que elas fazem, o que é determinado de acordo com a estrutura de classes da sociedade e as relações entre as classes.

O progresso social e econômico do Brasil, causa do surgimento de uma faixa de classe média, deixou os negros à margem do acesso aos bons empregos, a melhores salários e, conseqüentemente, a melhores níveis de instrução.

Compreender as condições sob as quais ocorre a inserção do negro no mercado de trabalho e na sociedade de um modo geral e como a educação está permeando este processo, é o que se busca investigar.

## **PROBLEMÁTICA**

Sendo Salvador uma cidade eminentemente negra, segundo dados do PNAD/IBGE (1991), como se explica a ausência dessa parcela significativa da população no processo educacional e nas posições de destaque na sociedade?

A desigualdade entre a população branca e negra é gritante, principalmente no que se refere à questão ocupacional e à questão educacional. Para entender o processo de exclusão pelo qual passou o negro no período da colonização brasileira e por que passam, atualmente, os seus descendentes, é necessário fazer uma abordagem histórica, para que se possa compreender os fatores que determinaram tal procedimento por parte do elemento colonizador.

Quando os portugueses, após os primeiros trinta anos da descoberta do Brasil, resolveram, por questão de defesa, colonizar o território, iniciaram com a tentativa de subjugação dos indígenas, uma vez que não dispunha de mão-de-obra suficiente devido à extensão das colônias portuguesas naquela época. Além disso, a mortalidade era grande entre aqueles que eram mandados nas expedições dos primeiros tempos.

Com o tráfico dos negros, a colônia resolvia o problema da mão-de-obra e mantinha o domínio sobre estes, principalmente porque era um território desconhecido para eles e também porque, das várias nações africanas, houve uma mistura proposital que impedia uma organização efetiva para as fugas.

Como a abolição foi um acordo entre algumas classes dominantes, e não uma revolução, a massa de libertos permaneceu marginalizada, uma vez que não houve nenhuma mudança de base que possibilitasse a sua melhoria .

Na realidade, a libertação dos escravos não passou de uma simples mudança na forma de exploração, uma vez que eles não tinham a mínima condição de se transformar em pequenos proprietários de terra e viram-se obrigados a vender sua força de trabalho cujo valor estava predeterminado pelo nível de vida anterior predominante no sistema escravista. O que observamos hoje é que a grande massa de escravos transformou-se no proletariado urbano e rural, possuindo um baixo nível de vida e uma situação de superexploração, sendo vítima de uma das características fundamentais da acumulação do capitalismo atrasado ainda hoje praticado no Brasil

De acordo com João Reis (1986), no século XVIII, a população de Salvador era dividida de acordo com sua origem em brasileiros, africanos e europeus. Contudo essa divisão poderia também ser analisada com relação à cor. Existiam diferentes cores entre os nascidos no Brasil: o negro, que era também chamado de crioulo; o cabra, que era uma cor entre o mulato e o crioulo; o mulato, que também era chamado de pardo; e o branco. Existia o negro crioulo e o negro africano, este sempre chamado de preto. Existiam o branco brasileiro e o branco europeu, este quase sempre português. Não existia essa ambigüidade entre os mulatos.

Assim como os brasileiros, os africanos estavam diferenciados , não em cores, mas em etnias chamadas de "nações". Por outro lado, a condição de livre, liberto (ex-escravo) ou escravo separava eternamente os negros de origem africana e os negros nascidos na

Bahia. Entre os brancos não existia essa relação. Essa pluralidade de posições e relações dividia a sociedade baiana dessa época, e ainda preexiste na sociedade atual.

No final do século XIX, houve um crescimento econômico acelerado e, em algumas cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, as principais posições foram ocupadas pelos brancos, ficando o negro à margem do processo.

A sociedade brasileira deixou o negro ao seu próprio destino, o qual, através dos seus próprios meios, teve a responsabilidade de reestruturar-se e transformar-se para se adequar aos novos padrões, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do processo capitalista.

As cidades, principalmente do Sul e Sudeste, alcançaram no século XX, tratando-se de organização do trabalho livre, uma posição proporcional à do início do século anterior quando a ordem social era escravista. Um novo fator humano passou a ser o agente por excelência, do trabalho livre, o imigrante. Em consequência desse fato, havia um crescente aumento da população branca em detrimento dos negros e mulatos. A distribuição étnica apresentava dois pontos significativos e antagônicos: onde predominava a concentração dos imigrantes era mínima a presença do negro e mulato e vice-versa.

Explica-se, assim, o fato de que a maioria dos afro-brasileiros renegue suas origens, como tentativa de fugir da marginalidade imposta e aproximar-se dos padrões e valores da classe dominante.

A ausência de negros ocupando cargos nos postos de destaques das instituições e no alto comando do governo revela, com clareza, essa situação de excludência. Levantamento realizado na UFBA, em 1997, mostra que nas áreas de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia e Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, os brancos estão mais

bem representados que os negros. Letras e Artes, áreas consideradas de menor prestígio, tem 65,4% de presença de negros. Fica evidente que os negros estão sempre menos representados nas áreas mais prestigiadas (QUEIROZ, 1998).

Grupos e movimentos se organizam atualmente, no sentido de colocar nas universidades, até então redutos de brancos e ricos, maior contingente de negros, como uma das formas de lutar contra o imobilismo social e contribuir para a constituição de uma nova identidade negra.

Analisando-se o trajeto histórico do negro na sociedade brasileira e as formas de sua integração nesse processo, vê-se o negro ser submetido a um processo de dominação como instrumento de produção e a mulher negra à disposição coercitiva do senhor branco.

Ajustados ao padrão econômico característico de uma sociedade com função portuária, administrativa e comercial, vigente no período colonial e pós-colonial, os negros adaptaram-se à economia de subsistência, artesanato urbano e pequeno comércio, possibilitando a ascensão individual, em especial dos mulatos, não constituindo, entretanto, um fluxo constante de ascensão social, mas uma incorporação à ordem social dominante.

Vale ressaltar que esses processos de ajustamento não ocorreram de forma pacífica e acomodada, mas à custa de constantes revoltas, com uma história de mobilizações e de lutas contra a opressão do sistema escravista.

A partir da década de 30, pela conjuntura econômica profícua, ocorre nas cidades uma demanda de novo tipo de mão-de-obra e serviços educacionais, provocando um fortalecimento do estrato médio de assalariados. É mais uma oportunidade que surge para o negro, individualmente, tornando-se a educação um dos mecanismos condicionadores da

sua ascensão social. Contudo o negro continua na posição de subalterno, desrespeitado numa sociedade dominada por padrões culturais pautados na cultura européia.

Em relação à localização dos negros, no que diz respeito à ocupação de espaço físico nas cidades, isto se dá predominantemente nas periferias, segundo alguns estudiosos, como se fosse uma estratégia na luta pela sobrevivência em condições adversas.

A partir do momento em que a cidade se insere no processo de industrialização, há uma transformação na vida da cidade, reformulando-se a composição das camadas dirigentes, e alterando-se, então, a estratificação social e econômica. A super oferta da força de trabalho reforça a difícil situação do negro na estrutura produtiva.

Embora se mantenha a miscigenação racial, o negro continua como contingente numericamente expressivo e a ascensão social só ocorre para um pequeno grupo desse contingente, e de forma individualizada. A estrutura educacional expande-se e com o aumento de vagas, possibilita-se, ainda que de forma incipiente, o acesso das classes populares à escola. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se os meios de comunicação de massa, contribuindo para acelerar o processo de unificação e homogeneização política no mundo, aumentando o acesso de toda ordem, inclusive a participação dos negros em outras sociedades.

Tudo isso contribuiu, no Brasil, para a formação de grupos organizados, constituídos de negros que lutam para manter suas identidades culturais e superar as condições perversas a que continuam submetidos. Em contrapartida, os grupos dominantes se estruturam na indústria cultural do turismo, utilizando essas identidades com fins lucrativos, econômicos e políticos. Se, por um lado, isto reforça e valoriza a cultura negra, por outro, o faz evidenciando apenas aspectos exóticos e folclóricos.

A escola, como aparelho ideológico, sob uma falsa e, por que não dizer, impossível neutralidade, utiliza mecanismos de discriminação racial a partir de concepções de caráter pedagógico e psicológico, tidas como verdades que interferem na aprendizagem e permanência dos negros na mesma série da escola através da repetência: a teoria da carência cultural, desnutrição da criança, ou o mito da evasão, ou da carência afetiva.

Assumir, como educador negro, o combate às desigualdades raciais na sociedade e no sistema de ensino é um desafio.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

### 1.1 GÊNESE DA ESCRAVIDÃO

As idéias sobre escravidão sofreram forte influência grega, e eram largamente aplicadas pelo Império Romano.

Embora tivesse existido sob várias formas no Oriente Próximo, o uso mais freqüente da escravidão era como punição por dívidas ou trabalho penal. É nas primeiras Cidades-Estados gregas que o escravismo transforma-se no modo predominante de utilização da força de trabalho. Ao atingir o mundo romano, ele já havia deixado de ser uma forma de servidão relativa, entre muitas, passando a uma condição polarizada de perda completa da liberdade, contraposta a uma liberdade sem impedimentos.

Na Roma Antiga, houve uma apropriação dos conceitos de livre-cidadania e propriedade servil criados pelos gregos. No segundo conceito, foram incorporados os estrangeiros capturados nas guerras que faziam parte da construção colonialista das sociedades greco-romanas. A escravidão maciça e generalizada ocorreu em Roma especialmente entre os séculos II a. C. e II d. C.

Idéias veiculadas e defendidas por Platão e Aristóteles, entre outros, formaram o fundamento da escravidão na Antiguidade Clássica. Segundo Anderson (1998), Aristóteles considerava que “[...] há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação a alma ou a fera ao homem; nos quais o emprego da força física é o

melhor trabalho que deles se obtém”. Partindo destes princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma ou a fera ao homem; são homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se escravidão porque, para eles, é mais fácil obedecer.

Segundo ainda Anderson (1998), Homero, na *Odisséia*, preconiza que Júpiter teria subtraído, aos escravos, metade da mente. Platão escrevia que, no ânimo dos escravos, não existia nada de sadio e íntegro, e que um homem prudente não deve pertencer a esta casta. Estas teorias fizeram parte da gênese das leis usadas para sustentar a escravidão romana, sendo baseadas principalmente para justificar a desigualdade entre os homens. Elas ajudaram a produzir uma rígida hierarquização nas sociedades que vivenciaram a escravidão clássica.

O Cristianismo nasceu como movimento marginal, tendo maior expressão na parte leste do Império Romano. As comunidades cristãs eram formadas por indivíduos que não possuíam poder nem *status* social. Sendo constituída na sua maioria por pessoas libertas, marcadas por suas origens escravas ou judia. Tais comunidades eram caracterizadas por uma ampla diversidade étnico-cultural, a ponto de preocupar o apóstolo Paulo, o qual propôs novas formas de socialização tomando, por base, os princípios de igualdade, unidade e fraternidade.

Paulo percebe que, para que houvesse maior sedimentação e crescimento da doutrina cristã, deveria haver uma busca pela igualdade, que superasse tanto as diferenças étnicas entre os cristãos quanto à do âmbito social entre eles e as elites, tentando a melhoria nas questões de representatividade e participação na sociedade.

O significado de igualdade para Paulo era, porém, extremamente diferente do conceito vigente na sociedade greco-romana, que era escravista e rigidamente hierarquizada, tornando-se, por isso, um discurso de pouca amplitude dentro dela. Somente com o crescimento da Igreja é que as idéias de Paulo foram utilizadas, apesar de bastante alteradas devido à aproximação do Cristianismo com o poder imperial, ou seja, com as ideologias de elite.

O Cristianismo sofreu mudanças como consequência da assimilação do poder imperial no século IV, sendo agora detentora de poder político e social. A igualdade em relação aos senhores e escravos, anteriormente defendida, agora é transferida para o plano espiritual. A Igreja já não confronta o problema da exploração humana, permitindo a continuidade da prática escravista, chegando a criar elementos que justificassem uma escravidão cristã. Consciente das contradições existentes entre a adoção da escravidão e o exercício da mensagem cristã diretamente ligada à idéia de liberdade, a Igreja procura inserir o escravo na Cristandade, enfatizando seus direitos enquanto ser cristão, a piedade de seus senhores principalmente relacionando-a com a possibilidade de alforria.

Já na Idade Média e Moderna, de acordo com Anderson (1998), as sociedades procuravam outras justificativas para a continuidade da escravidão, pois a idéia de escravidão natural defendida por Aristóteles não se aplicava aos novos princípios, em que prevalecia a igualdade entre os homens perante Deus. Nestas, sociedades os escravos juntamente com os estrangeiros permaneceram considerados como homens perigosos, sem fé, sem lei, do qual é sempre necessário desconfiar.

A escravidão continuou sendo utilizada na era medieval e na modernidade contra os que eram considerados transgressores dos princípios cristãos, que viviam de forma

oposta à vontade divina, em situação de pecado, ou seja, aplicada como punição aos cristãos rebeldes, que seriam purificados de seus pecados. E para os pagãos seria considerada como um instrumento de redenção dos pecados e promoção da igualdade espiritual por meio do batismo cristão.

Foi desenvolvida entre os compradores de escravos, por meio do Oriente, a idéia de que o escravo conduzido de regiões bem distantes é um pagão ou lunático e a escravidão o integraria pelo batismo no verdadeiro mundo cristão. Este comportamento favoreceu e justificou moralmente a escravidão, sendo utilizada mais tarde no tráfico do Atlântico, a partir do século XV. Em síntese, a explicação para a utilização da escravidão é que seu uso faria não apenas acomodar o escravo e fazer dele um ser produtivo, mas basicamente transformá-lo em um bom cristão, conferindo igualdade espiritual em relação aos outros cristãos.

A reflexão sobre Cristianismo e escravidão ressalta a atuação do clero colonial no sistema escravagista português. Declarações de Padre Antonio Vieira, D. Sebastião Monteiro e outros religiosos lembram os cuidados espirituais e físicos, que seriam obrigações que o senhor deveria ter com seus escravos, porém nenhum pronunciamento questionava a legitimidade do sistema escravista. Devido à tradição cristã em relação ao escravismo, estes sacerdotes calaram sobre a escravidão africana, pois seguiam um pensamento que tem raízes profundas na tradição cristã ocidental. Como povos diferentes, os africanos viram-se reduzidos a uma escravidão que era justificada pela necessidade de expurgar os efeitos do paganismo, tornando-os cristãos. À escravidão medieval foram acrescidos novos interesses mercantis, de exploração de mão-de-obra. A Idade Moderna,

contudo, eliminou as justificativas cristãs para a escravidão, que tinham sido importantes instrumentos de legitimação deste sistema.

Sendo assim, a escravidão foi um elemento presente na história do Cristianismo, usado como recurso na catequese de povos considerados pagãos e não apenas dos africanos.

## 1.2 PROCESSO CIVILIZATÓRIO DO NEGRO AFRICANO

A história da civilização negra se perde nos tempos. É a civilização mais antiga do mundo, uma vez que os primeiros homens, o *homo erectus* e o *sapiens* têm sua origem na África. Os primeiros homens, tal como somos hoje, surgiram por volta de 150.000 anos a.C. e eram negros.

Os primeiros que apareceram na Europa, por volta de 40.000 a.C., foram resultantes das correntes imigratórias desde o Centro-Sul da África, rumando ao Norte até o Mar Mediterrâneo. É conhecido como homem de *Grimaldi*, o *homo sapiens* negro.

As grandes variações climáticas entre os continentes propiciaram mudanças no homem de *Grimaldi*, até sua diferenciação no homem branco pré-histórico, por volta de 20.000 a.C.

Provavelmente o homem amarelo seja o resultado de um longo processo de miscigenação de negros e brancos sob clima frio, surgindo por volta de 15.000 a.C.

Cheik Anta Diop é um dos estudiosos que se contrapõem aos obstáculos das falsidades ideológicas levantadas pelos colonialistas em relação às teorias da evolução do homem. Eles enfatizam a importância que deve ser dada à cultura negra egípcia e a importância real que ela teve para as civilizações da Europa e da Ásia, e até mesmo da América pré-colombiana (apud LUZ, 1990).

Pelo fato de o Egito estar próximo aos Continentes Asiático e Europeu, evidentemente a cultura negra egípcia influenciou, sem sombra de dúvida, os povos emergentes como semitas, gregos, etc.

O processo civilizatório negro-africano foi subestimado e até mesmo deformado por um processo de ideologias racistas e colonialistas, sendo necessário atentar-se para o legado das construções dos túmulos dos faraós, para as obras hidráulicas do rio Nilo, as técnicas metalúrgicas, agropecuárias, de comércio, navegação e além das elaborações religiosas, filosóficas, científicas e dimensão estética, entre outras, tudo isto para comprovando o real significado do processo civilizatório negro da época.

De acordo com Luz (1990), a presença negra não ficou restrita apenas à Europa e à Ásia, mas atingiu a América pré-colombiana, muito antes do branco alcançar esse continente, como pode ser comprovado no México e Caribe.

A presença africana não ocorreu apenas nas relações comerciais, mas, sobretudo, no nível de influência cultural, religiosa, na arte, nas construções etc.

O legado dos valores africanos que permitiu uma continuidade transatlântica está consubstanciado nas instituições religiosas.

Desde a África, a religião ocupa um lugar de irradiação de valores que sedimentam a coesão e a harmonia social, abrangendo, portanto, relações do homem com o mundo natural.

Nas sociedades africanas, a religião é um fator muito forte e marcante que permeia toda a organização social, não existindo instituição que não participe, de uma maneira ou de outra, da influência dos sistemas religiosos, muitas vezes quase que teocráticos, como nas culturas Iorubá e Fon. Essas culturas, juntamente com a tradição cultural do Império do Congo, se destacaram na formação do patrimônio dos valores negros no Brasil.

### 1.3 EXPANSÃO MARÍTIMA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Segundo Almeida Prado (1972), para Portugal, a navegação era um imperativo geográfico e econômico posto a serviço da criação de um império que deveria formar a base da existência nacional e que permitiria a realização do destino do seu povo como a maior testemunha de fé cristã no período da história moderna. É essa nação que a história forma, o que justifica Portugal ter uma vida voltada para a exploração marítima, e o destino de sua história ser o mar.

Essa inclinação relacionava-se também a fatores histórico, podendo ser considerada como uma herança dos povos que fizeram parte da sua formação. A explicação daqueles pendores encontra-se exatamente nas raízes fenícias e semitas, uma vez que esses povos também fizeram parte da formação de Portugal.

Durante a dominação muçulmana, muitos portugueses criaram gosto pela navegação e passaram a percorrer terras distantes e a tratar com outros povos, adquirindo ao mesmo tempo o gosto por certas mercadorias orientais, que os estimulariam mais tarde a procurar o Caminho Marítimo para as Índias. Ao invés de uma Monarquia Agrária, Portugal sempre fora uma nação de mercantes e pescadores, sendo considerada a expansão marítima como uma necessidade de procurar no exterior produtos essenciais que não eram obtidos no país. No período das Grandes Navegações, importava tudo à sua mesa, exceto sal, vinho, azeite e peixe. Daí a necessidade de se criar uma frota que serviria não apenas para exportação de seus produtos como para a aquisição no além-mar de mercadorias que eram levadas aos portos atlânticos da Europa. Uma vez que os caminhos terrestres e mediterrâneos do Oriente, estavam sob ao domínio dos turcos e venezianos, um comércio vantajoso menos dispendioso e arriscado só seria possível com a descoberta de uma rota marítima para as Índias.

Era natural que, ao descobrir o Brasil, Portugal deveria ter, de imediato, iniciado a ocupação territorial, mas só o fez de um modo acentuado a partir de 1530. Vários fatores contribuíram para que tal fato acontecesse como se enuncia a seguir.

A situação financeira não permitia que a Coroa criasse uma empresa que provavelmente seria muito onerosa para o povoamento e a exploração de uma colônia que, a princípio, pensavam que nada tinha a oferecer. Na verdade, as navegações nem sempre davam lucros, uma vez que ocorriam grandes perdas de navios, mercadorias, homens, armas e munições. Vários fatores contribuíram para que a dívida da nação se tornasse insustentável, tais como movimentação do Império, feitorias, fortalezas, armadas, clero. Em 1544, a situação chega ao extremo, vindo o país a quebrar financeiramente.

Não existiam pessoas que pudessem deslocar para formar novas colônias. Os terremotos, as pestes, os naufrágios e as guarnições espalhadas pelo Império, contribuíram para que a população ficasse reduzida e mesmo insignificante.

Nos mares, Portugal tinha uma quantidade incalculável de homens, tripulando as tropas em movimento para as Fortalezas e Feitorias da África e da Ásia. Os naufrágios freqüentes nos mares asiáticos reduziam à metade os que tentavam realizar as perigosas viagens.

O conjunto das circunstâncias econômicas e demográficas, o surto do mercantilismo, a orientação política do rei explicam a incógnita dos primeiros 30 anos do Brasil português. Apesar da sua falta de visão, D. Manuel pressentiu que a perda do comércio oriental estava próxima, o que, juntamente com as decepções com o ouro africano, fez com que procurasse desenvolver, na terra de Vera Cruz, um outro suporte para a economia portuguesa.

Apesar das informações a respeito, dos interesses e das providências de Portugal em relação ao Brasil, durante os 30 primeiros anos, dando-nos a impressão de um descaso por falta de aptidão, não há dúvidas de que o assunto estivesse a ocupar o pensamento dos governantes. Durante muito tempo a descoberta foi tida como sendo uma obra do acaso, na realidade foi produto de estudos realizados por geógrafos, cartógrafos, astrônomos e navegadores de renome. (PRADO, 1972, p51-52).

Na impossibilidade de lhe dedicar atenção suficiente, de aplicar recursos financeiros, bem como governar militarmente, Portugal optou pela política do segredo, ocultando ao mundo a nova descoberta, com receio de incursões de outros povos, principalmente dos franceses e espanhóis. Na realidade, não convinha divulgar na Europa ambiciosa a existência de novas terras.

Para garantir o suprimento do mercado, as empresas recorreram a um mercado regular já em pleno andamento e em funcionamento, quer, pela subjugação militar ou econômica dos povos africanos pelos europeus. O seqüestro de negros em terras africanas vinha sendo praticado desde os últimos séculos da Idade Média. Já em 1151, a população muçulmana negra em Lisboa era aproximadamente 10% do total. Uma vez que se tratava de um mercado com baixo custo e alta lucratividade, necessitava apenas se desenvolver e organizar como uma grande indústria regular. Esses interesses foram associados ao Estado e ao capital britânico para quem o tráfico representava negócios altamente lucrativos até o século XVIII, quando capitalistas ingleses passaram a ter um enorme prejuízo com a concorrência francesa, que transformou o Haiti na maior fonte de riqueza advinda deste comércio. Tal fato fez com que os capitalistas ingleses passassem a atacar o tráfico de escravos. O que demonstra que a idéia que se propalou de que os ingleses foram responsáveis diretos pelo fim do tráfico e da própria escravidão no Brasil não passa de uma fantasia.

A vinda dos africanos como escravos para a Bahia começou logo após o estabelecimento das Capitanias, visando atender à lavoura de cana-de-açúcar. Chegavam aqui como mercadorias e, como tal, passavam por um processo de seleção que os tornava mão-de-obra qualificada, de maior valor, uma vez que possuíam técnicas mais desenvolvidas que os índios.

Muitos africanos não conseguiram resistir ao alto índice de mortalidade ocorrida durante as viagens, embora possuíssem condições de sobrevivência física e acenassem com uma rentabilidade lucrativa para a classe escravista. Existiam regiões na África que representavam sociedades onde a força de produção tinha alcançado um certo grau de

desenvolvimento capaz de produzir excedentes, apresentando força de trabalho mais capacitada para enfrentar o desgaste do trabalho escravo.

O escravo africano era conseguido geralmente como mercadoria condicionada à aquisição de produtos estrangeiros, principalmente tecidos, miçangas, armas, jóias, tabaco, cachaça e búzios. Estas trocas eram feitas geralmente com os Reinos de Mali e do Congo.

A necessidade de garantir o abastecimento contínuo da força do trabalho escravo gerou práticas comerciais entre os representantes dos interesses coloniais e os diversos Estados africanos.

#### 1.4 O POVOAMENTO

Lentamente, o vasto território do Brasil foi povoado pela contribuição de três grupos raciais: o indígena, o africano e o branco europeu. Os indígenas aqui se encontravam enquanto o europeu e o africano foram trazidos ou vieram para desenvolver as atividades de colonização.

Na realidade, desde o início, foi estabelecida uma relação racial entre os três grupos que, mais tarde, produziria os tipos mestiços responsáveis pela expansão do povoamento. Vale ressaltar que cada um destes grupos deixou, na Bahia, contribuições próprias, sobretudo culturais, que estão presentes na vida do povo baiano e brasileiro.

A princípio, o povoamento foi apenas no litoral, sendo que aos poucos foi penetrando em zonas mais afastadas, sempre pela contribuição dos três grupos raciais.

No que diz respeito às diferenças raciais, algumas pessoas acreditam que as diferenças da cor da pele, do tipo do cabelo entre raças representam profundas diferenças biológicas. Indo mais longe, acreditam que essas diferenças biológicas são responsáveis pelos diferentes comportamentos existentes entre pessoas de raças diferentes.

Na realidade, a ciência moderna tem demonstrado que as diferenças raciais no nível biológico estão diretamente relacionadas com as estruturas genéticas e que nada afetam a unidade da espécie humana, e também que as raças não possuem origem genéticas diferentes, nem tampouco se originaram em fases diferentes na evolução humana.

As diferenças na aparência física nada mais são do que uma adaptação às condições climáticas que as diversas raças experimentaram no decorrer dos tempos.

## 1.5 A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO COLONIAL

A origem da escravidão, como está vinculada ao surgimento da propriedade privada, remonta há mais de 5.000 anos.

Nelson Werneck Sodré (1990), em *A formação histórica do povo brasileiro*, afirma que o trabalho escravo parecia ter desaparecido e sido relegado ao esquecimento, mas ressurgiu com o desenvolvimento da expansão mercantilista, tendo como consequência o seu emprego no Brasil colonial, o que acarretou um certo questionamento para entender o que ocorreu no Brasil. Um exame mais detalhado das características e dos motivos do

trabalho escravo no período colonial brasileiro revela, claramente, a sua adequação e as diferenças que o distanciam dos seus antepassados históricos. Embora não sejam fundamentais, duas diferenças são destacadas:

1. O regime escravista não surgiu da desintegração da comunidade primitiva.
2. O regime, aqui, foi implantado por senhores que viviam na metrópole e em que vigorava uma etapa mais avançada da produção, o feudal .

A primeira diferença é uma consequência da impossibilidade de aproveitar a mão-de-obra indígena como escrava. A segunda é determinada por outras particularidades como o fato de a produção não ser destinada ao mercado interno, mas ao mercado externo. Chegando ao Brasil, o escravo africano e seus descendentes não foram utilizados apenas nas utilidades destinadas à exportação, sendo também uma força de trabalho utilizada no artesanato, manufaturas, prestação de serviços e, em menor escala, na pecuária.

Diferentemente do que ocorreu com o indígena, o escravo africano não recebeu da Igreja Católica a mesma atenção, pelo contrário, foi até explorado por esta como trabalhador escravo.

A produção escravista que aqui foi implantada foi estabelecida em grandes áreas, no regime de grandes propriedades, e vai ser a mola propulsora deste regime. Esta produção escravista visava atender às necessidades de uma área metropolitana, quando não havia produção preexistente e mão-de-obra para o sistema de produção introduzido.

Surge um dos problemas mais graves, porém menos estudado, do período colonial: o da produtividade. Os meios de produção sucediam uns aos outros, na medida em que a produtividade do anterior se mostrava insuficiente e a do novo abre perspectivas ao desenvolvimento material. Surge daí uma indagação: como explicar uma etapa que

indicava o final do modo feudal e iniciava o modo capitalista, aceitando o modo escravista, sendo que este modo era mais atrasado e sua produtividade comprovadamente inferior?

Inquestionavelmente, a produtividade do trabalho era baixa, sendo uma produção de larga escala, submetida à monocultura, associada a técnicas primitivas e deficientes. Apesar de numerosa, essa mão-de-obra era qualitativamente inferior.

É certo que o trabalho do índio e mesmo do negro era de qualidade quando não estavam na condição de escravos, tornando-se pior com a escravidão. Isto retirou-lhes o estímulo, destruindo suas características e aniquilando suas raízes culturais.

É necessário salientar uma lenda muito comum, mesmo entre os ativistas e organizações do movimento negro, que é associar a escravidão a um grupo étnico específico, “os negros”, como se houvesse uma relação orgânica para tal fato, ligado a outros preconceitos ou condições culturais e até mesmo, no máximo dos absurdos, biológicas, que seriam características desses povos.

Na Antigüidade, a escravidão era generalizada entre todos os povos, independente de qualquer raça. Durante o período medieval, a Península Ibérica conheceu a escravidão dos eslavos, no século XIII, os genoveses exploraram, em diversas colônias, o trabalho dos escravos raptados na Grécia, no Balcãs etc. Também na América Espanhola, a escravidão indígena durou até o século XVII.

No Brasil, a escravidão dos índios predominou até 1570, mas epidemias trazidas pelos invasores e a resistência indígena acarretaram o conseqüente massacre desses povos. Além do mais, houve a ampliação da área de produção, tornando-se escassa e pouco rentável a mão-de-obra indígena, o que tornou necessário, do ponto de vista capitalista, a importação de escravos africanos.

Em relação à origem dos africanos que vieram para o Brasil, que genericamente são chamados de africanos ou negros, é preciso esclarecer, antes de tudo, que não existe entre eles unidade racial ou cultural, uma vez que não foi importado um só tipo de negro, um só tipo de africano. Foram vários, saídos também de diferentes regiões da África.

As regiões que mais exportavam negros eram o Sudão, a Bacia do Congo, Moçambique, Angola etc. Na sua maioria, os negros que aqui aportaram pertenciam a várias nações que, de um modo genérico, são designados em dois grandes grupos: sudaneses e bantos e, em menor quantidade, os que usavam o idioma árabe. Os sudaneses eram altos e pertenciam a culturas mais adiantadas, sendo politeístas.

Os principais centros de recepção e de distribuição foram Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

O período de vida útil de um escravo produtor era baixo, variando em média de 7 a 10 anos uma vez que exerciam atividades que os esgotavam fisicamente (extração de ouro, diamantes, salinas e o próprio fabrico de açúcar), além de outras dificuldades como as deficiências alimentares. A alta taxa de mortalidade dos escravos que atuavam nas atividades produtivas era ainda aumentada pelo excesso de trabalho, má alimentação, enfermidades, castigos etc. Além do mais, não havia interesse no crescimento vegetativo, uma vez que resultava de uma diminuição do trabalho escravo. O investimento na escrava grávida e na criança era considerado antieconômico para os interesses dos proprietários.

Ao contrário dos EEUU, a escravidão aqui era sistematicamente realimentada pela importação de africanos, uma vez que, os que aqui chegaram, não tinham condições de ter descendência suficiente para expandir ou mesmo manter o sistema econômico devido ao alto risco de mortalidade.(REIS, 1986,p.62).

Na época colonial, a exploração tanto do escravo africano como de seus descendentes foi na base de práticas racistas que discriminavam os negros e mestiços. Durante esta época, ocorreram várias práticas de resistência por parte dos escravos, conflitos estes que podiam ser individuais tais como fugas, suicídios, assassinatos de feitores e proprietários. Porém os mais importantes foram as revoltas e fugas coletivas para a formação dos “quilombos”. Além da formação de novos quilombos, começaram a surgir rebeliões urbanas das quais a mais importante foi a que ocorreu em Salvador, que reuniu escravos de toda a região do Recôncavo.

Além dessas práticas de resistência, os escravos negros libertos adquiriram tal poder de organização e de consciência política que foram capazes de realizar uma série de insurreições, principalmente na Bahia, e que colocaram em cheque o regime escravista. Tais insurreições foram organizadas pelos escravos muçulmanos em meados do século XIX sendo derrotados ferozmente unidos, comprovando a inviabilidade do regime de escravidão. “A revolta que ficou conhecida como a dos Malês quebrou a autoconfiança dos senhores; o que fez com que os escravos crioulos da Bahia fossem considerados como imprestáveis”.(CONRAD, 1975, p.98)

O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e serviços, fortalecendo de modo severo a tendência de confina-los a tarefas em ocupações brutas, mal remuneradas e degradantes. Aliás, a esse respeito é preciso ter em mente que o estrangeiro imigrante competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os brancos das camadas dominantes e os vários grupos nacionais ali presentes disputavam sem rebuços toda e qualquer oportunidade

econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros fossem os sacrifícios requeridos. O impacto da competição com o estrangeiro foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos, seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas, seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fossem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade, importante no meio econômico e social. Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua situação na estrutura do poder econômico, social e político da cidade, e enquanto o imigrante trocava sistematicamente de ocupações diárias de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com componentes marginais do sistema com os que não serviam para outra coisa ou com os que estavam começando por baixo (CONRAD, 1975, p.167).

## 1.6 A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO APÓS A ABOLIÇÃO

Infelizmente, a Abolição da Escravidão no Brasil não foi resultado de uma revolução democrática, que liquidasse de uma vez com a base do regime anterior, fonte de toda opressão com o monopólio da terra pelo latifúndio e que até hoje prevalece. Foi o resultado de um acordo entre Liberais e Republicanos Abolicionistas e os defensores do regime políticos conservando os mesmos interesses que dominaram o estado anterior.

Na realidade, o esgotamento do regime escravo foi um alto processo político e econômico. Havia uma total dependência do sistema escravista em relação à importação de braços escravos uma vez que a mortalidade superava a natalidade. E a alta taxa de mortalidade fez com que durante os quase 400 anos de escravidão, fossem consumidas muitas gerações de africanos. (REIS, 1986)

A sociedade brasileira deixou o negro ao seu próprio destino, e ele teve, através dos seus próprios meios, a responsabilidade de reestruturar-se e transformar-se para se adequar aos novos padrões, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

O negro foi obrigado a ocupar os espaços das periferias das cidades, devido à dificuldade que teve de inserir-se no mercado de trabalho.

As conseqüências sociais da Abolição no Brasil não foram uniformes, devendo ser analisadas de acordo com as regiões brasileiras: Nordeste, Sudeste.

A transição do trabalho escravo para outros tipos de relação de trabalho foi mais lenta e menos drástica no Nordeste do que se formos comparar com a Região Sudeste, uma vez que no Nordeste predominava, no meio rural, uma economia de subsistência vinculada à economia voltada para a exportação, que empregava uma grande quantidade de trabalhadores livres, o que não ocorria nos Estados do Sudeste. Como conseqüência da falta de escravo e do alto preço, a força do trabalhador livre cresceu rapidamente até a Abolição. Entretanto a economia nordestina dificilmente contratava trabalhadores assalariados, prevalecendo uma relação servil de dependência.

Com o advento da Abolição, o restante da população escrava nordestina foi reabsorvido sem muitas dificuldades no quadro de relações de trabalho preestabelecidas,

sendo caracterizado pela dependência senhorial. Isto fez com que houvesse um aumento das fileiras de lavradores, trabalhadores sem vínculo empregatício e, em menor proporção, assalariados rurais.

Como já foi dito anteriormente, no Nordeste a Abolição sucedeu-se sem traumas, permitindo que os ex-escravos fossem incorporados, sem problemas, à zona rural nordestina. Depois, foram condicionados pela imobilidade econômica e social da região.

O que ocorreu com as pessoas negras, é que elas não foram preparadas para competir em condições de igualdade com o branco. Este fato ocorreu com a maioria dos negros, que não tiveram a oportunidade de se reeducar para o estilo de vida de trabalhador livre (como operário). O desajuste ocorria por falta de aptidões e preparo, que deveriam ser adquiridos previamente ou, então, que fossem apropriados mediante a educação pelo trabalho.

Daí, conclui-se que a desigualdade entre a população branca e a negra era muito grande, principalmente no que se refere à questão ocupacional e a relação educacional.

A imigração não foi apenas para resolver o problema da falta de mão-de-obra, porém fazia parte de um projeto de modernização em longo prazo, em que o branqueamento da população brasileira era altamente desejado. O resultado é que a imigração forneceu bons resultados até 1930.

O negro liberto tinha pouca ou quase nenhuma possibilidade de encontrar emprego ou entrosar-se na nova ordem social. As possibilidades de trabalho que eram disputadas pelos libertos eram exatamente as mais modestas e menos compensadoras, além do mais: “O liberto defronta-se com a competição do imigrante europeu que não temia a

degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente”. (FERNANDES, 1978, p19)

O incentivo à imigração contribuiu para a construção de uma nova nação e de um novo povo brasileiro (processo de branqueamento), devido à chegada de novos povos brancos, europeus, em contraposição aos negros e mestiços. Durante o século XIX, o Sudeste recebeu um fluxo de imigrantes europeus, sendo que uma maior parte se dirigiu para o Rio de Janeiro, e outra para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O governo brasileiro deu preferência a uma política voltada para substituir, e até mesmo fazer desaparecer, o negro e o mulato. Tal posição ficou bastante clara quando o Governo Provisório, em junho de 1890, baixou um decreto que proibia o ingresso no País de imigrantes nativos da Ásia e da África, salvo permissão do Parlamento Nacional.

As oportunidades de emprego foram monopolizadas pelos imigrantes, com a aceitação de alguns brancos que ainda estavam inconformados com os negros, deixando bem claro que a sua preferência pelo imigrante era uma maneira de demonstrar essa insatisfação.

Diante desses problemas, os negros só tiveram duas alternativas na sua nova condição social, ou aceitavam a incorporação gradual à escória do operariado urbano então em crescimento, ou se entregavam à marginalidade e à criminalidade.

Analisando a situação do branco, negro e imigrante no que diz respeito à relação de trabalho livre, observa-se que o que era de interesse para o branco era exatamente, o rendimento do trabalho, levando em consideração as cláusulas contratuais e o nível de remuneração. Para o negro, essas preocupações eram irrelevantes, o que prevalecia para ele era a condição moral da pessoa e a liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Já

o imigrante via nisso tudo um meio para iniciar uma nova vida, preocupado apenas em ascender socialmente.

Acreditava-se que o trabalhador imigrante era superior ao brasileiro, principalmente quando se tratava de funções que exigiam um certo grau de aprendizagem. Alguns trabalhos que eram realizados na indústria deveriam ser confiados aos imigrantes, uma vez que não se encontravam brasileiros aptos ao desempenho dessas funções. As posições criadas pelo trabalho assalariado devido à industrialização e ao desenvolvimento urbano estavam, mais uma vez, reservadas aos imigrantes que eram considerados mais aptos e produtivos, e numa pequena proporção, os trabalhadores brasileiros.

Em 1940, conforme o Censo demográfico do IBGE, no que diz respeito à ocupação de brancos e negros em alguns setores da economia, pode-se verificar que, no setor primário da economia, os negros formavam 40% da população desses trabalhadores. Entre a década de 40 e 50, a situação ficou praticamente a mesma. Entretanto, em 1950, os negros já passaram a representar 42,5%, mas no setor industrial a população negra levava desvantagem, mantendo uma participação inferior neste setor.

Na realidade, boa parte do contingente negro não foi assimilada pela indústria nascente, senão a partir da década de 40, o que reflete o esforço da classe dominante para, propositadamente, marginalizar os ex-escravos, mantendo-os no mais baixo nível da estrutura social.

Em quase toda a primeira metade do século XX, as indústrias baianas e nordestinas, foram praticamente desenvolvidas para atender às necessidades relativas às demandas de componentes e peças de reposição voltadas para às atividades agrícolas.

A Bahia, a partir da década de 50, transforma-se em um cenário de força de trabalho. Fica comprovado que ocorreu uma expansão da participação do negro, em todos os setores e ramos da atividade produtiva do Estado (BRITO,1983). Porém essa participação se processa para esse segmento, em total situação de desvantagem em relação às pessoas brancas. Ficou bem claro que, na industrialização da economia, os brancos concentravam-se na atividade industrial propriamente dita, que representa o setor de ponta da atividade produtiva, enquanto os negros concentravam-se na construção civil.

Já por volta de 1950, 1.085.223 trabalhadores negros representavam cerca de 72% da força de trabalho (BRITO, 1983). As altas taxas de analfabetismo, 84% entre os negros e 76% entre os pardos, certamente inibiram o acesso dos negros a estes ramos da atividade econômica.

Na década de 50, a Petrobrás iniciou as atividades na Bahia, com a intensificação da exploração e refino do petróleo, ocorrendo, a partir daí, as primeiras alterações significativas nas indústrias baianas, provocando impacto na geração de emprego dentro e fora da área industrial. Constituiu, desta forma, um marco importante na reestruturação dos rumos da economia baiana. Durante um certo período, a produção petrolífera ficou desarticulada em relação aos demais ramos da indústria, mesmo no decorrer da década de 60, período em que o Governo Federal, por meio de concessões de incentivos fiscais, procurou promover a industrialização do Nordeste, sem conhecer as atividades já desenvolvidas na região, estando estas novas indústrias voltadas não para atender às necessidades locais ou da Região, mas visando produzir bens intermediários que eram utilizados nas indústrias do Centro-Sul. Neste período, a Bahia recebeu investimentos na área de metalurgia e mecânica. Esta tendência vai consolidar-se a partir dos anos 70, com o

advento do Pólo Petroquímico de Camaçari, que se utiliza da matéria-prima produzida pela Petrobrás, não deixando, na sua produção, de atender às indústrias localizadas fora da Bahia.

Na realidade, as transformações não aconteceram apenas na área industrial. A partir da década de 70, outros ramos da economia se redefinem com maior força, principalmente a agricultura, que passa a ser alvo de programas do Governo, cuja preocupação principal é com as culturas voltadas para a exportação, tais como o café e a soja, o que mais uma vez favoreceu a concentração da propriedade da terra, e fez, automaticamente, modificar as relações de produção no campo. Os serviços sofrem uma grande expansão, em consequência das mudanças que ocorreram nos demais setores da economia.

As transformações que ocorreram na estrutura produtiva baiana afetaram decisivamente a vida do trabalhador baiano. A indústria que se instalava vai utilizar-se do grande contingente de mão-de-obra que até então era utilizada como marceneiros, ferramenteiros, carregadores, alfaiates, vendedores em domicílio. Recorreu ainda aos trabalhadores que desenvolviam atividades agrícolas e/ou industriais tidas como tradicionais, e que se tornaram ultrapassadas com a modernização. Sendo a referida mão-de-obra abundante, isto favoreceu os altos índices de exploração da força de trabalho, usada para atender às necessidades das empresas em troca de baixos salários.

Como já foi dito anteriormente, a Bahia, a partir da década de 50, transforma-se em um cenário da força de trabalho. Brito (1983) comparando pesquisas sobre o período, detectou que ocorreu uma expansão da participação do negro em todos os setores e ramos da atividade produtiva no Estado.

Essa participação se processa, porém, para esse segmento em total situação de desvantagens em relação aos considerados brancos. Na industrialização da economia, os brancos concentravam-se na atividade industrial propriamente dita, que representa o setor de ponta da atividade produtiva, e os negros concentravam-se na construção civil. Já no comércio, o negro passa a ampliar sua participação, mas somente a partir da década de 80 quando a presença do negro se dá em espaços altamente delimitados.

Também nesta época, existe uma alta predominância de brancos em atividades cuja produção exige conhecimentos técnicos e de elevada complexidade, enquanto, os negros são alocados em tarefas de atividades manuais e em empregos domésticos (BRITO, 1983).

As transformações por que passou a Bahia, nas últimas três décadas, deixaram bem claro que os brancos levavam vantagens em relação aos negros.

Por volta de 1980, o contingente de negros na força de trabalho quase duplicou, em termos absolutos – 2.278.758 trabalhadores negros, constituindo 78% dos trabalhadores baianos. Nesse período não se verifica maioria branca em nenhum dos ramos da atividade econômica. Embora houvesse diminuição dos brancos nas atividades em que era maioria em 1950, foi insuficiente para fazer com que, após três décadas, o trabalhador negro pudesse experimentar mudanças significativas. (BRITO, 1993).

O setor industrial, em 1950, apresentava atividades de pouca importância ou baixo peso na economia. Neste setor, os negros ocupavam a maior proporção dos assalariados, que, na sua maioria, eram absorvidos por empresa de pequeno porte. Em 1980, o setor industrial fez o percurso inverso ao da atividade agrícola, aumentando sua participação no PIB de 1950 a 1980, absorvendo taxas crescentes de trabalhadores. Esses fatores são

importantes para aumentar a redefinição da atividade extrativa mineral, com exploração dos campos petrolíferos na região do Recôncavo e o começo do funcionamento da Refinaria Landolfo Alves. Com o aumento dos serviços de utilidade pública, foi criada uma infra-estrutura necessária às demais atividades industriais, havendo o crescimento da indústria de construção civil e da moderna indústria de transformação que foi instalada na Bahia para a produção de bens de consumo intermediários.

A modernização e a diversificação da indústria baiana contribuíram para que o setor se tornasse o maior empregador não-agrícola, tendo quase quadruplicado o contingente de trabalhadores, o que pouco melhorou a situação do trabalhador negro. Os trabalhadores brancos estão mais presentes na indústria da transformação, enquanto os negros têm predominância na construção civil, caracterizada pelas ocupações de mais baixo nível de remuneração e instabilidade no emprego. Por sua vez, a extração mineral e os serviços industriais incorporam relativamente mais trabalhadores brancos que trabalhadores negros.

O setor terciário foi o que mais cresceu com as transformações ocorridas nos demais setores, ocorrendo uma grande expansão no comércio, nos transportes, etc., bem como o papel do Estado na oferta de serviços à população.

A força do trabalho urbano pouco qualificada, juntamente com aquela que foi liberada em consequência das transformações que ocorreram no campo, encontrou espaço nas atividades terciárias.

A prestação de serviços sempre foi tida como um ramo majoritariamente feminino, concentrando a maioria dos negros nos serviços tradicionais. Na prestação de serviços, metade dos negros encontra-se no trabalho domiciliar, em que o emprego

doméstico ocupa um grande destaque. Estes fatos levam a crer que a ocupação da proporção de negros num determinado ramo da economia tende a ocorrer reforçando sua posição de subordinação. Sendo assim, as vantagens decorrentes do crescimento e da diversificação do ramo beneficiam, em maior parte, aos trabalhadores brancos, que obtêm melhores posicionamentos nas atividades que representam o crescimento da economia.

Atualmente, em Salvador, a simples observação da expansão da atividade comercial revela que o remanejamento dos trabalhadores do comércio depende de sua origem racial. Ou seja, os brancos permanecem no comércio que atende às camadas médias e altas da população. Este favoritismo fez criar oportunidades para o negro no comércio de bens de consumo popular, fazendo com que haja uma desvalorização social das ocupações típicas do comércio. A presença marcante do negro comerciário provocou a diminuição do branco nesse setor do mercado de trabalho “A entrada de negros em espaços que antes era de predominância branca ocorreu em ritmos diferentes, dependendo em grande parte da posição que já ocupavam em períodos anteriores”. (BARRIOS, 1996 pág.60)

Não resta dúvida de que o aumento das oportunidades de emprego, decorrente das transformações na estrutura de produção da Bahia, produziu um maior volume de participação da força negra em todos os setores da atividade econômica. Porém a dúvida prevalece: se este aumento seria, realmente, uma consequência direta do crescimento da população negra no período analisado, superior ao da população branca, ou teria sido uma consequência direta das mudanças verificadas no comércio? Em 1980, a agropecuária, as atividades extrativas, a indústria e a prestação de serviços foram os ramos da economia em que os negros se consolidaram como trabalhadores (BARRIOS,1998).

O tema proposto decorre da necessidade de avaliar a relação que se estabelece entre raça, educação e inserção do negro no mercado de trabalho na Cidade do Salvador a partir de 1960.

Ao final da pesquisa, espera-se responder se a inserção do elemento de raça negra no mercado de trabalho, de maneira bem-sucedida, está mesmo diretamente vinculada ao nível de escolaridade deste indivíduo.

Supõe-se, que os elementos que tiveram sucesso profissional, deverão estar como profissionais liberais, ocupando cargos públicos ou privados, com mais ênfase nos cargos públicos, uma vez que estes podem absorvem o maior contingente de negros, considerando que o ingresso nessas repartições, na sua maioria, só é permitido através de concurso público, meio este que visa garantir o princípio da igualdade e de oportunidade para todos os interessados, independente da cor e do sexo, bastando para isso que preencham os requisitos da Constituição Federal de 1988, no seu Art. 37, II. Pelo concurso público, são admitidos os melhores e de maiores méritos, sendo um meio técnico justo de que dispõe a administração pública para valorizar a moralidade, a eficiência e o aperfeiçoamento do serviço público. Sendo assim, o concurso público é um meio que beneficia os elementos que constituirão uma parte da amostra e que, sem esta oportunidade, estariam fazendo parte do contingente de excluídos.

## QUESTÕES:

– Qual a influência da escolaridade na ascensão social do negro na Cidade do Salvador a partir de 1960?

– Como está ocorrendo a inserção do negro com escolaridade superior no mercado de trabalho na Cidade do Salvador?

– Estas questões foram trabalhadas com a intenção de atingir os seguintes objetivos :

– Analisar os fatores escolares e/ou educacionais que contribuíram para a ascensão social do negro na Cidade do Salvador .

– Analisar a relação sucesso escolar x ascensão social de pessoas negras, com nível superior na Cidade do Salvador a partir de 1960, tendo a preocupação de pesquisar uma população de profissionais liberais negros, não importando a profissão ou sexo dos sujeitos que a constituiu, contanto que tenham a sua origem advinda de classe social de baixa renda, por se entender que, para essas pessoas, alcançar o sucesso escolar e profissional foi um processo complexo em virtude das grandes dificuldades decorrentes da sua baixa condição social.

## QUADRO CONCEITUAL

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos demonstram que a população negra é proporcionalmente maior que a branca, entretanto são inversas as oportunidades no mercado de trabalho e a participação na distribuição de renda, porque associados à cor entram outros aspectos, tais como baixa qualificação, baixo nível de instrução, baixa remuneração. Estudos têm demonstrado, como o de Hasenbalg, que o racismo é “[...] *determinante primário da posição de não brancos nas relações de produção e distribuição*”. (HANSENBALG, 1979, p. 114)

A raça e o gênero são critérios para seleção social e distribuição social dos grupos. A divisão e a ocupação dos bairros estão relacionadas ao poder aquisitivo. Os empregos de mais baixo *status* e pequenos salários são ocupados pelos negros. À medida que os indivíduos vão clareando a cor da pele, vão subindo na escala de ocupações.

### 2.2 MOBILIDADE SOCIAL

Convencionou-se, no estudo sobre mobilidade social, atribuir uma importância muito grande ao estudo da ocupação, exatamente por haver um entendimento de que a

ocupação é um dos indicadores mais seguros para fazer a comparação de gerações e de grupos sociais através do tempo. Esta constatação é feita a partir da comparação entre o primeiro e o último emprego, é o que se chama de mobilidade integracional.

Segundo Pastore (1979), o uso de modelos de análise da mobilidade social toma por base o *status* ocupacional onde é feita a combinação da profissão, educação e renda associados à diferenciação da estrutura ocupacional. Há três perguntas importantes que permitem perceber o *status* ocupacional que são: Qual o nível educacional? O que faz? Quanto ganha?

Quando o indivíduo passa de uma ocupação de status mais baixo para uma ocupação de status mais alto, este movimento tende a ser acompanhado de vários ganhos em termos de oportunidades: econômicas, educacionais e sociais, assim como mudança de valores, de atitudes e de horizonte cultural. (PASTORE, 1979, p.34)

A teoria da mobilidade social aponta para mudanças de comportamentos e valores dos indivíduos ou grupos, entretanto verifica-se, no processo de ascensão, uma característica comum a todos os indivíduos ou grupos que ascendem, não se tratando especificamente da população negra.

Quando se fala em ascensão social, o que ressalta é a existência de uma sociedade formada ou estruturada em classes onde ocorre o fenômeno identificado como mobilidade social cujos fatores determinantes são variados. Em outras palavras, os fatores que determinam essas desigualdades na sociedade não são identificados por todos como sendo únicos.

A mobilidade pode tomar várias formas a depender do contexto. Em relação à direção das transições sociais, são identificados dois tipos de mobilidade: horizontal e

vertical. A mobilidade horizontal ocorre na troca de ocupações, sem, contudo, ocorrer uma paralela alteração da posição dos indivíduos na estratificação social. Por sua vez, a mobilidade vertical, ao contrário, é seguida de mudanças de *status* dos indivíduos na hierarquia social.

Quando isso acontece, ocorre um distanciamento social entre os indivíduos em relação aos demais componentes do mesmo extrato. Estas transformações podem acontecer no decurso de uma vida (intrageneracional), ou durante o decorrer de mais de uma geração (intergeracional).

Entendendo que mudança seja o processo de alterações condicionais necessárias para que haja desenvolvimento, pode-se dizer que seja um processo genérico, como cita Florestan Fernandes (1978), que atinge toda a estrutura da vida social, embora não ocorra de modo uniforme e no mesmo ritmo para todas as partes. Culturalmente, na mudança ocorre um processo de fusão de idéias, valores e de modo de ver as coisas nessas sociedades.

Segundo Zaidê Machado Neto (1976), essa movimentação dos indivíduos dentro do sistema de estratificação social é mais freqüente num sistema aberto de classes do que em um sistema estamental ou de casta. Ela também chama a atenção para as circunstâncias de que, tal como a estrutura é hierárquica, também a mobilidade poderá apresentar-se em dois sentidos: regressivo (decrecente) e progressivo (ascendente), que são classificados como mudanças sociais.

Essa movimentação dos indivíduos em um sistema aberto varia em razão da integração que o sistema revelar, ou seja, quanto mais integrado estiver o sistema, mais

facilmente os seus componentes considerarão como natural a existência de hierarquias, aceitando-as mais facilmente.

Quando o indivíduo apresenta fatores sociais de ascensão, tais como educação formal e melhor capacitação econômica, o ingresso desse indivíduo nas altas classes sociais não ocorre tão facilmente, passando por um processo de desclassificação, que é uma punição severa que provoca uma desqualificação social.

Quando o contrário acontece em um sistema desintegrado, essas hierarquias não se apresentam com tanto rigor, o que evidentemente permite que o indivíduo seja socialmente aceito sem tanta objeção.

Não existe, na realidade, nenhuma sociedade que seja totalmente impenetrável, pois, até mesmo nas sociedades de castas, a mobilidade social ocorre em um sentido vertical embora em pequena escala.

Não existem, também, sociedades totalmente livres, uma vez que, por mais abertas que sejam as classes, sempre haverá barreiras a serem transpostas.

Quando, numa sociedade economicamente formada, se procura estabelecer a conexão entre capacidade natural e posição social, nota-se claramente que essa conexão não ocorre de forma absoluta, uma vez que a capacidade intelectual que seleciona um indivíduo, educacional e ocupacionalmente, não é, em hipótese alguma, equivalente a uma renda condizente.

Ainda segundo Zaidê Machado Neto (1976), os estudiosos têm divergido quanto aos fatores que permitem ou dificultam a mobilidade. Segundo a autora, a industrialização e o individualismo, crise sociais, desigualdades de renda, desigualdades biológicas, etc são

alguns fatores considerados ora como facilitadores, ora como fatores que dificultam o processo de mobilidade.

O Brasil passou por transformações no que diz respeito à estrutura ocupacional nas últimas décadas, sendo uma consequência do processo de urbanização, industrialização e da democratização do ensino público. No que diz respeito a essas mudanças, o negro continuou sofrendo desvantagens no mercado de trabalho, por conta do racismo existente na sociedade brasileira. (HASENBALG e SILVA, 1988).

Estudos sobre a mobilidade social têm apontado a importância que a educação desempenha no processo de ascensão social, principalmente da população negra, sendo considerada como um dos principais agentes da mobilidade social ascendente.

Entretanto tem-se concluído que o retorno que se faz em educação é diferenciado (BARRIOS e CASTRO, 1992). Quando ocorre a mobilidade ascendente, esta primeiro atinge aos homens e mulheres de cor branca, enquanto mobilidade descendente atinge as mulheres e os homens negros .

A integração do negro na sociedade brasileira, principalmente no que se diz respeito ao movimento de ascensão social, tem despertado o interesse de vários estudiosos.

### 2.3. A ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO NA VISÃO DE ALGUNS ESTUDIOSOS

Exatamente a partir da década de 30 do século passado é que começam a surgir os primeiros estudos a respeito da inserção do negro na sociedade de classes. Entre estes

primeiros estudos encontram - se as pesquisas realizadas por Donald Pierson (*Branços e pretos na Bahia*, 1945), Thales de Azevedo (*As elites de cor*, 1951). Estas pesquisas se transformaram em textos clássicos sobre as relações sociais. Por meio desses estudos, procurou - se evidenciar a existência da chamada "democracia racial brasileira" argumentando -se que, no Brasil, as diferenças raciais convivem harmoniosamente, o que deixa claro a inexistência de conflitos raciais. Pierson acreditava que o preconceito no Brasil é de classe e não de cor. Afirmava ainda o autor que o *status* do indivíduo é determinado pela classe social em que está inserido. Considerando que as denominações "branco e preto" estariam mais relacionadas com aparência física do que raça, determinados critérios de classificação, tais como recursos econômicos, nível de escolaridade e prestígio social, seriam mais importantes na determinação da posição social. Segundo ainda o autor, o preconceito é produto de experiências coletivas, referindo-se à posição de um grupo em relação a outro e não, de um indivíduo para outro.

Thales de Azevedo descreve as relações raciais brasileiras com base em um estudo realizado em Salvador, onde analisa os meios de ascensão social para os "indivíduos de cor" que são escolarizados e que ocupam as melhores posições na estratificação social.

Neste estudo, Thales de Azevedo considera Salvador como um centro étnico, euro- africano brasileiro. Sendo Salvador a cidade brasileira com maior número de negros e mestiços, implicaria ser um centro em que as pessoas multi-raciais viveriam em um modelo de convivência humana entre o negro e o branco. Isso, conseqüentemente, leva a crer que a existência do antagonismo, tanto racial como de classes, seria absorvido pela sociedade baiana, num processo de acomodação. Segundo ainda o autor, não somente no Brasil como também em outros países, o *status* está diretamente ligado ao nascimento das pessoas. No

Brasil, existe ainda um agravante devido ao passado da escravidão negra, e, além da questão do nascimento, existe também um *status* ligado a cor.

A partir da década de 50, surgem novos estudos relacionados com as questões raciais brasileiras. Tendo como ponto de partida os trabalhos de Florestan Fernandes. Tais estudos negavam a crença da democracia racial brasileira, idéia defendida por Thales de Azevedo no seu trabalho clássico.

Florestan Fernandes (1978) enfatiza que o negro continua ocupando os espaços inferiores nas sociedades, apesar da nova ordem capitalista. É um resquício de um passado escravagista na visão de Florestan, para quem o tão propalado mito da democracia racial brasileira acaba por formar outros mitos.

A partir de 1960 inicia-se uma nova fase (terceira). Esta nova fase é determinada por duas situações contraditórias, que são fundamentais: a primeira enfatiza a tendência de alguns autores em afirmar a existência de preconceito de classe, e não de cor, e a segunda que enfatiza exageradamente o preconceito de cor (QUEIROZ, 1997 p. 56)

Haroldo Costa, em 1982, publica Fala Crioulo, onde analisa as dificuldades que as pessoas negras passam no processo de ascensão social. Esta análise foi realizada a partir de depoimentos de pessoas negras que exerciam várias profissões, dando um enfoque ao caminho percorrido por cada indivíduo no que se refere ao seu meio profissional. O autor deixa claro que todas estas pessoas negras, ao ocuparem um lugar de destaque na sociedade na qual estão inseridas, são marcadas inicialmente por uma situação de pobreza e também sofreram discriminação racial. Profissionalmente, conseguiram superar estas dificuldades e, na situação econômica em que se situam, a questão da cor apresenta-se sem maior

importância, já que as questões raciais, consideradas normais no início desapareceram após terem alcançado um alto nível profissional.

No estudo produzido por Neuza Souza, em 1983, a autora tem a preocupação de analisar os conflitos sociais advindos da ascensão social do negro brasileiro, tomando a cidade do Rio de Janeiro como local de sua pesquisa. Por meio de entrevistas, a autora analisa aspectos psicológicos do negro diante de um processo de ascensão social, numa sociedade caracterizada como multirracial, racista e hegemonicamente branca. A autora conclui que o negro em ascensão absorve valores que não são seus, procurando adequar-se segundo o modelo branco.

Em 1998, Nádia Castro e Vanda Barreto publicam um trabalho em que identificam dois espaços no mercado de trabalho formal: um espaço destinado a pessoas brancas (são as ocupações hierarquicamente superiores) e um segundo espaço destinados a pessoas negras (ocupações de produção industrial e de serviço). Apesar desse aspecto desfavorável, um grupo muito reduzido de negros tem conseguido ocupar alguns espaços dos brancos. Mas, para acontecer tal fato, é necessário que o negro possua um melhor nível educacional em relação aos brancos, em outras palavras, o negro tem que se sobressair e ser melhor.

## 2.4. TRABALHO E EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre o tema *Trabalho e Educação* vem despertando o interesse de alguns estudiosos. As novas formas de produção na sociedade capitalistas vêm-se realizando de forma tão rápida que afetam a educação de modo decisivo.

Por outro lado, na sociedade capitalista, o saber se torna propriedade dos grupos e classes dominantes; a relação de “dominação” (alguns são donos dos meios de produção) e de “exploração” (o capital expropria parte do trabalho de quem trabalha) faz parte da estrutura dessa sociedade capitalista. A escola também participa desta superestrutura, sendo uma instituição criada para produzir e garantir as relações de produção. Todas as sociedades tiveram, de uma forma ou de outra, o seu padrão de escola, tendo o poder de controlar a sua difusão, mas sempre tendo a preocupação de oferecer, para os seus filhos, o ensino do saber científico (preparação intelectual) além, evidentemente de uma formação. Para os filhos dos trabalhadores limitam e simplificam os conteúdos, oferecendo-lhes uma frágil formação intelectual (uma que o objetivo é prepará-los para o trabalho básico).

Vários autores confirmam a existência de duas concepções em relação à formação da força de trabalho como Enguita (1995): a “otimista”, que almeja uma força de trabalho cada vez mais qualificada para atender às necessidades de produção, e a “pessimista” segundo a qual a qualificação pretendida não ultrapassaria o patamar da socialização, uma vez que os trabalhos exigiriam cada vez mais menos qualificações reais, e a transmissão de

conhecimento não teria um papel a ser desempenhado o que causaria insatisfação, já que o conhecimento adquirido não assumiria um papel de destaque no mercado de trabalho.

Em relação a essas duas concepções, Langoni (apud, CEDRAZ,1992) defende a concepção otimista ao afirmar que os setores mais dinâmicos de economia demandam mais educação por exigência da tecnologia moderna.

Já Braverman (apud CEDRAZ,1992) mostra-se pessimista em relação à educação ao assinalar que, pelo aprofundamento da divisão do trabalho moderno, as exigências de instrução tornaram-se menores. Do ponto de vista, o trabalho estaria alienando parcelas cada vez maiores da população trabalhadora, pela burocratização, pela rotinização das tarefas, as quais dispensariam o concurso do cérebro.

Considerando o fato de que as mudanças tecnológicas são criadas pelas relações sociais do capital, Marx (apud CEDRAZ, 1992) afirma que essas mudanças estão ligadas ao próprio desenvolvimento das forças produtivas, adquirindo novas formas que se expressariam um novo modo de produção, modificando, em consequência, o conjunto das relações sociais.

Como foi dito inicialmente, a respeito das discussões sobre educação, teóricos comprometidos em elaborar uma proposta democrática e efetiva sobre o tema têm desenvolvido estudos, pesquisas e debates a respeito de várias questões relacionadas à educação e ao trabalho como Durkheim (1989) e Enguita (1995). No entanto, as questões relacionadas a educação ainda estão longe de ser resolvidas, principalmente no que diz respeito à concretização de propostas que privilegiem o trabalho como princípio educativo.

Fazer com que estas questões fiquem claras não é uma tarefa fácil, embora isto se faça necessário e inadiável, uma vez que, historicamente, as propostas de articulação entre

educação e trabalho no Brasil têm oscilado. Na verdade, a existência de políticas educacionais e propostas pedagógicas discutíveis não passa de uma consequência da falta de entendimento e compreensão teórica da relação entre educação e trabalho.

Por outro lado, no caso brasileiro, urge fazer-se um balanço do conhecimento que tem sido produzido nessa área, identificando temas de pesquisa que necessitam de desenvolvimento para se tentar avançar na compreensão das questões postas pelas relações sociais concretas. Este é uma tarefa que se impõe, uma vez que aqui as conquistas democráticas são quase inexistentes no País, e a cidadania não passa de uma concepção formal, em decorrência do que a oferta educacional tem sido ineficiente e inadequada.

Conforme Maldonado, (1975) ao longo do processo histórico, analisando-se as transformações produtivas, nota-se que o modo de produção capitalista torna-se um modelo dominante, como consequência de três revoluções industriais para alguns estudiosos, ou duas revoluções, para outros .

A primeira revolução industrial é marcada por um período de sucessivas invenções que provocou uma radical mudança na base técnica do trabalho, sendo exemplos desse período o tear e a máquina a vapor. Segundo Frigotto (1991), é sobre esta base técnica que se estende, até meados do século XIX, esta mudança, momento em que o capital se apropria da ciência e da tecnologia. Ela permite ao capital a divisão e organização do trabalho dentro de seus métodos, bem como a qualificação e/ou desqualificação do trabalhador.

A segunda revolução industrial (mas, para alguns autores, como Maldonado, este momento ainda faz parte da primeira revolução), é impulsionada pelo advento da energia elétrica, da descoberta do petróleo, aço, a evolução da química, etc. durante o final do

século XIX até meados do nosso século, permitindo a maximização da organização e gerência do trabalho (FRIGOTTO,1991).

A terceira revolução industrial (segundo Maldonado, seria a segunda revolução), modificando de forma bastante qualitativa a base técnica da produção, caracteriza-se pela revolução microeletrônica, que compreende a robótica, as máquinas numéricas e a informática, a revolução microbiológica representada pela biotecnologia, a engenharia genética, a produção de matérias-primas e a revolução energética correspondendo à engenharia nuclear.

No processo histórico, o capital, para ter um lugar de destaque, conseguiu desvalorizar os antigos saberes e subjugar a força do trabalho. A escola é uma das instituições que contribuiu para que essa desvalorização ocorresse. Por outro lado, a escola, como sistema educacional, também é responsável pela formação do novo trabalhador, quer produzindo novos conhecimentos e idéias, quer elevando o seu nível educacional, desenvolvendo os recursos humanos requeridos pela qualificação, bem como outras formas em que se apresentem práticas educativas formais ou não.

As crescentes inovações tecnológicas exigem, a cada dia, um maior entendimento não apenas das questões educacionais, mas também das questões de caráter político, econômico e ideológico. Além do mais, as causas sociais, econômicas, políticas, culturais, e outras responsáveis pelo desenvolvimento, nem sempre se manifestam separadamente, existindo uma estreita interdependência entre elas que dificulta o isolamento arbitrário de qualquer uma delas.

Sempre que se pretende estudar um dos fatores do desenvolvimento econômico e social, é interessante que ele seja visto como participante de um processo do qual constam

inúmeros outros fatores que se relacionam e que necessitam, por isto, de serem levados a sério. Geralmente, num planejamento educacional, é atribuída uma importância exagerada à escola na produção do desenvolvimento, mas não se deve esquecer que ela também faz parte de um conjunto de fatores e causas com tanta ou mais responsabilidade.

Que se espere da escola ou instituições educacionais sua parcela na formação do capital humano necessário ao funcionamento adequado do sistema produtivo é compreensível, mas também é necessário não esquecer os limites existentes nas possibilidades de desempenho dessas instituições e que fato de que outros setores, além do educacional, devem ser convocados para conjugarem esforços na promoção do desenvolvimento. Além disso, é necessário lembrar que o sistema educacional (escola) tem outras funções além do fornecimento de pessoal com habilidades e conhecimentos necessários para o aumento da produção.

É preciso levar em consideração outros fatores além das contribuições que a escola presta à economia de uma sociedade capitalista, em seu processo de desenvolvimento, relacionados, como já foi visto anteriormente, com as transformações quantitativas que costumam ocorrer em todos os setores da atividade econômica e social durante o referido processo. Diante disto, torna-se útil e necessário distinguir crescimento econômico de desenvolvimento econômico e de processo econômico. A primeira fase crescimento econômico - caracteriza-se por mudanças de ordem meramente quantitativa, correspondendo ao aumento do produto nacional, em longo prazo, o aumento da população. A segunda fase – desenvolvimento econômico - é determinada essencialmente por transformações qualitativas, sendo considerada uma etapa para a fase do “progresso

econômico” onde ocorrem transformações quantitativas e qualitativas, provocando um aumento na renda *per capita*.

Apesar da crítica que se faz a esta divisão da sociedade em fases arbitrariamente determinadas, é válido pensar que existam períodos em que as transformações econômicas e sociais ocorram de maneira intensa e profunda. É nestes períodos que o sistema educacional (escola) é chamado a intervir para a elevação da qualidade de vida da população, mas que, nos países subdesenvolvidos, não está à altura dessas transformações.

É necessário lembrar que o desenvolvimento jamais poderá estar na dependência da tecnologia dos países desenvolvidos. Estes, por sua vez, cobram caro por isso e, não raro, só o fazem quando as máquinas, técnicas, procedimentos e conhecimentos tecnológicos cedidos já estão ultrapassados, não representando assim, qualquer ameaça de concorrência por parte dos países subdesenvolvidos. Isto provoca uma dependência econômica e tecnológica, e a libertação dessa dependência passa a ser um dos objetivos dos países subdesenvolvidos, quando tentam o desenvolvimento. Por outro lado, é impossível começar do nada, procurando desenvolver uma tecnologia com bases inexistentes, havendo por isto uma justificativa para a importação da tecnologia para este primeiro estágio de desenvolvimento. Neste momento é que o sistema educacional deve interferir no sentido de disponibilizar as condições necessárias para, o desenvolvimento de pesquisas e descobertas tecnológicas, e qualificar pessoal com formação suficiente, para, com base na tecnologia assimilada, transformá-la e desenvolvê-la em uma que corresponda à realidade do país em desenvolvimento.

Em relação às críticas à incorporação da tecnologia vinda de países industrializados, Almeida observa:

“[...] não existe outra alternativa, a menos que se pretenda repetir toda a experiência que esses países já viveram e manter o país isolado da comunidade científica e tecnológica internacional, impedindo-o de usufruir os avanços da técnica e da ciência .” (ALMEIDA, 1973, p. 249)

## 2.5. REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

A partir da década de 30, o modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil admitia uma cooperação do capital externo, o que logicamente necessitava contar com o apoio, a experiência gerencial e a tecnologia dos países do primeiro mundo. Este modelo ia de encontro ao princípio da ideologia liberal predominante no País, que admitia ser a escola um direito de todos. Esta ideologia alterava o princípio de que o Estado, que privilegiava poucos, comprometia seu próprio desenvolvimento econômico, provocando uma dicotomia em sua idéia principal, o que suscitou o questionamento de alguns educadores, para os quais, na maioria das vezes, os políticos não tiveram condições ou não souberam como responder, além de levantar outras questões como a competição Escola Pública x Escola Privada.

Estes atos político-administrativos que antecederam a década de 60 tiveram como consequência o enfraquecimento da escola pública, que, até aquele momento, para as pessoas de baixa renda, era o referencial para uma educação de qualidade. Esse enfraquecimento propiciou, além disso, o fortalecimento da escola privada, instituição inacessível a essa camada da população.

Através da análise desses fatos, observa-se que, muito embora a proposta da Escola Liberal, discutida pelos educadores, tivesse condições para modificar basicamente o sistema educacional brasileiro, uma vez que fora baseada na experiência do magistério, no conhecimento e no pensamento educacional formulado em países estrangeiros, em que o Estado seria o mantenedor do sistema escolar, esta proposta não pôde ser viabilizada por se contrapor à política de Juscelino Kubitschek, naquele momento, que visava fortalecer o setor privado.

A partir do governo de Jânio Quadros (1961), a educação passa a ser considerada um elemento importante do desenvolvimento nacional, um meio eficaz de alcançar o objetivo desenvolvimentista. Até este período, o Estado, que vinha exercendo o seu poder executivo em várias instituições da sociedade civil, passa a fazer uso indiscriminado dessa hegemonia, intervindo também nas transformações do sistema educacional, visando as mudanças estruturais da sociedade, para atender ao novo modelo político, utilizando-se de meios como a criação do CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, a atuação da CEPAL, a vinculação a organismos estrangeiros, a exemplo da UNESCO, OEA, FAO, OIT, etc.

Todos esses fatos impediram uma perfeita compreensão das nossas dificuldades educacionais que foram diagnosticadas por tecnocratas, através de previsões parciais dos planos nacionais de desenvolvimento, organizados com o objetivo de atender e às exigências do modelo, camuflando-as.

O rompimento de uma política que detinha uma ideologia liberal para uma ideologia desenvolvimentista, produziu uma completa reorganização dos aparelhos políticos do Estado, uma vez que este deveria alcançar os objetivos que visavam atender a seus interesses imediatos, fazendo com que, conseqüentemente, a Escola passasse, mais

tarde, a ser tutelada por esta classe privilegiada de tecnocratas que conduziram o educando de cidadãos a operários.

Ainda nessa década, o País foi tomado por uma onda de agitação social, como reflexo de uma situação de opressão que vinha acontecendo. Os aparelhos do Estado, considerados inadequados às atuais propostas foram desativados, sendo a escola, cuja principal função deveria ser a formadora da consciência, transformada em formadora de mão-de-obra.

Todos esses fatos marcaram consideravelmente o rumo das reformas educacionais e, mais ainda, propiciaram, em décadas posteriores, a deterioração do sistema educacional, transformando-o neste caos em que ainda hoje se encontra.

## 2.6 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Como dito anteriormente, a escola, na sociedade capitalista, possui outras funções além do fornecimento de pessoal e de conhecimentos necessários para o aumento da produção.

Do ponto de vista tradicional, enfatiza-se o papel que a educação desempenha em relação às características individuais, e à posição do indivíduo na estrutura econômica, social e política. Daí surgem as concepções de que a educação expressa-se por meio das pedagogias da essência e da existência.

É necessário então, referir-se a questões nos níveis sociológico e econômico da educação, para entendê-la como básica na concepção do homem e da sociedade.

Durkheim (1989) dá ênfase ao conceito de que o homem necessita ser moldado para ter uma vida socializada. Considera que a educação é um fato social, significando o processo por meio do qual o egoísmo pessoal é superado e transformado em altruísmo que beneficia a sociedade.

Dewey (1996) discorda de Durkheim (1989), uma vez que não vê a educação para o indivíduo como um mecanismo de correção e ajustamento às estruturas da sociedade, mas um fator de dinamização dessas estruturas por meio do ato inovador do indivíduo. O indivíduo e a sociedade fazem parte de um contexto dinâmico de constantes mudanças.

Dewey considera que a educação é vida, é viver, é desenvolver-se, é crescer. Ele acredita que o indivíduo está sempre disposto para novas ações, e o ato educacional consiste em, exatamente, dar a esse indivíduo condições necessárias para realizar essa experiência. Acredita que a escola seja o veículo para que isto aconteça, assumindo características de uma pequena comunidade democrática.

Assim, pressupõe-se a existência de indivíduos que tenham chances iguais, numa sociedade que seja livre e igualitária, onde os modos de competição são conhecidos e aceitos por todos, fazendo parte do jogo democrático, implicando uma igualdade de chances e não a igualdade entre os homens.

Sob o olhar de Gramsci (1989), a educação é um processo muito valioso, pertencente a um grupo social dominante que a utiliza para exercer o seu poder em relação aos demais grupos sociais. A participação da escola é altamente significativa no que se refere à elaboração, sistematização e propagação do conhecimento no mundo ideológico,

sendo a base da coesão social, principalmente por que ela tem a participação preponderante e específica na formação dos intelectuais, que são os representantes dos aparelhos da hegemonia.

Por isso, a educação tem um papel importante na formação, na consolidação do consenso social, na continuidade histórica da dominação e, finalmente, na reprodução da própria estrutura de produção da formação econômica do grupo dominante.

Gramsci (1989) não considera a educação apenas como elemento de reprodução, mas como um elemento potencial contra-ideológico, apesar de estar diretamente ligada à reprodução das idéias das classes dominantes. Sendo assim, a escola tem um grande significado na estratégia contra a dominação, uma vez que pode formar intelectuais pertencentes a outras classes, preparando-os para sistematizar organicamente a concepção de mundo dessas classes.

Em relação à posição marxista, Gramsci dá relevância ao programa pedagógico, sendo que ele também considera como partes essenciais: educação pública e gratuita para todos, união do trabalho produtivo com o ensino, etc.

O fato de que os grupos de dominantes podem impor seus modos de pensar aos demais grupos sociais é, pois, um meio decisivo para o processo da inculcação ideológica.

Para Althusser (1976) a escola preenche a função básica de reprodução das relações de produção.

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1976) deixa bem evidente sua visão sobre o papel da escola numa sociedade capitalista, colocando o sistema escolar na condição de assegurar a reprodução da força de trabalho, sendo responsável pela qualificação dos trabalhadores, pela sua submissão à ideologia dominante, como meio de

preservar os lugares de acordo com o interesse dominante. Sendo assim, a escola é a instituição encarregada de inculcar a ideologia dominante, pelo conhecimento e valores que transmite.

Como Gramsci, Althusser considera os aparelhos repressivos como pertencentes ao domínio público e os aparelhos ideológicos do Estado como de domínio privado, pertencentes à sociedade civil. Estes aparelhos ideológicos agem como defensores da ideologia burguesa.

Bourdieu & Passeron (1975) acreditam na ação reprodutora da escola, concebendo-a como instrumento de reprodução das relações de força que existem na sociedade. Mostram, também, como a reprodução do sistema de ensino, espelha a reprodução da cultura dominante, atuando como poder simbólico, reforçando a reprodução das relações reais do poder nos grupos sociais.

A escola atua no interesse da estrutura de dominação estatal e, em última instância, no interesse de dominação de classe.

Para esses autores, nas relações sociais, além das relações de poder de violência material, existem, também, as relações de poder de violência simbólica. Em outras palavras, é o mesmo que dizer imposição de significação ou de valores considerados legítimos. Ocorre esta imposição mediante forças simbólicas, tais como a comunhão cultural, a doutrinação política e religiosa, a prática esportiva e a educação escolar.

Dentro da linha reprodutiva, é necessário destacar a contribuição de dois grandes estudiosos: Establet e Baudelot (apud CEDRAZ, 1992). Eles concordam com o pensamento de Bourdieu e Althusser (1975), entretanto não deixando de criticá-los, bem como a escola capitalista, pois eles acreditavam numa escola socialista.

A afirmação fundamental é a de que a escola, no contexto da formação social capitalista, age no sentido da reprodução das relações sociais de produção, desempenhando um papel mais importante do que os demais aparelhos ideológicos. Segundo Estabelet, Baudelot, Passeron e Althusser, a educação escolar está sempre em luta contra os interesses dos assalariados.

O operariado, na sociedade, é o adversário que os dominadores por meio desta escola necessitam direcionar ideológica e profissionalmente, para conter e dominar. Neste aspecto, a escola apresenta duas funções: preparar força de trabalho que se adapte às exigências da economia capitalista e inculcar a ideologia de burguesia, que é a gestora dessa economia.

Ainda segundo Gramsci, é na sociedade civil que circulam as ideologias, concepções do mundo que são aceitas e assimiladas pelo senso comum. Ele identifica a escola como um dos agentes centrais de formação do senso comum e a forma mais adequada de atuação das ideologias, vendo a educação como uma estratégia política e toda relação de hegemonia como necessariamente pedagógica.

Para Gramsci, a natureza mais íntima da hegemonia implica que o antagonismo das classes sociais gera também uma luta cultural, que é um fato importante para a conservação ou mudança da estrutura social. Ele afirma que os grandes problemas da humanidade têm origem na estrutura, sendo por meio da superestrutura que os homens, com as armas do intelecto, tomam conhecimento dos problemas e, utilizando a moral e a vontade coletiva, procuram resolvê-los.

Na realidade, os elos entre esses dois planos da armação cultural são os intelectuais. São eles que traduzem para o nível da superestrutura, para o nível das idéias,

uma determinada estrutura social. É um pedagogo, um educador que se empenha na popularização ou difusão de determinada cultura. De acordo com Gramsci, o meio intelectual é o coletivo, uma vez que sintetiza toda uma tendência histórica.

Sendo assim, no quadro geral da reprodução, o sistema escolar é como um intelecto coletivo, tendo em vista a educação das massas. Considerando - se os professores, como intelectuais, eles podem ser vistos como comissários para o exercício das funções subalternas do domínio social.

Uma das tarefas dos intelectuais em prol das camadas populares é atrair para o seu grupo, os intelectuais ligados aos grupos dominantes. Já a escola deve atrair aqueles que estão sendo preparados para o exercício dessa função, que são os alunos.

No Brasil, a educação é tida como um fator de crescimento e distribuição de renda. Essa execução crítica desnuda o sentido ideológico e ilusório da democratização da educação, da ampliação das oportunidades educacionais, demonstrando a seletividade do sistema educacional. A escola ,assim, é vista como instrumento na luta da classe dominante pela permanência e manutenção de sua dominação sobre a classe trabalhadora.

A educação não está imune às contradições que são próprias do capitalismo. A escola reprodutora é considerada como arma da classe dominante, mas pode incluir em seu seio também a escola conscientizadora, libertadora das classes oprimidas. Daí a classe dominante exercer sobre a educação um controle rígido, que tem por objetivo garantir a obtenção de seus fins e inibir o aparecimento de deformações perigosas.

O sentido da educação existe à medida que esta se coloca como dinamizadora da realização das contradições que, no seio da escola, a transformam em verdadeira contra-educação, uma educação questionadora da realidade, pela postura aberta na relação

professor-aluno, em alternativas de organização escolar, e, sobretudo, na integração da educação com o trabalho.

A educação tem um papel importante na reprodução social, uma vez que age eficazmente na reprodução ideológica. Essa conclusão tende a reforçar a teoria reprodutivista da educação que não esgota sua significação total: a educação, contraditoriamente, é também força de transformação objetiva das relações sociais.

Ao possibilitar às classes subalternas a apropriação do saber sistemático, a educação lhes permite, também, a compreensão do processo social e global. O saber termina levando ao questionamento das relações sociais, mediante um processo de conscientização do real significado dessas relações, enquanto relações de poder.

As diferentes lutas sociais educam os trabalhadores num processo de construção de identidade coletiva. Daí a importância da educação para os trabalhadores, que não parte apenas da escola nem de um saber universal, mas da luta permanente entre a sociedade burguesa e a sociedade alternativa, em construção.

Existe uma pedagogia que está além da escola, nas lutas sociais, nas práticas produtivas e políticas organizativas, uma vez que, fora da escola, há um processo social educativo.

A dinâmica da sociedade capitalista, que tanto enfatiza o papel da escola na sociedade contemporânea, alimenta uma lógica que nega às classes trabalhadoras o direito à educação.

Esta visão inerente à escola, na sociedade capitalista deve ser criticada, denunciada constantemente, uma vez que não é possível ignorá-la em nome da própria defesa do direito à educação.

No atual processo, o saber escolar se afirma na divisão do trabalho, na organização do poder, na divisão da riqueza e na remuneração do trabalho.

Na realidade, existe um movimento dentro da escola, com a separação entre a teoria e a prática. A escola não cria estas divisões, porém as exerce, o que é passível de crítica. Na verdade, as lutas sociais devem ser realizadas com uma função educativa.

A redução do processo educativo ao processo de escolarização é um equívoco. Educadores acreditam que o importante, o fundamental do saber é estar na escola. Isto não interessa ao trabalhador, e não é apenas porque este não frequenta a escola, mas porque a realidade do processo educativo está no momento social e na escola enquanto parte deste movimento.

A escola, antes de tudo, é o local onde ocorre a experiência social e não apenas o lugar onde ocorre o saber sistematizado. Como toda entidade, a escola baseia-se em um espaço de produção do trabalho das pessoas. Por isso é dada tanta ênfase às relações sociais e do trabalho dentro da escola.

Na verdade, a aprendizagem ocorre mais acentuadamente nos pátios, nos desentendimentos, na entrada e saída, na determinação do tempo e do espaço, e de um modo geral nas relações sociais em que ocorre o processo de trabalho escolar. A importância política da educação está na função de socialização do conhecimento científico e filosófico que é necessário para entender o real, ou seja, de um conhecimento que indique as leis que regem a natureza e a sociedade.

A escola oficial está realmente bem distanciada do processo da organização das comunidades. Participando dos movimentos sociais, a escola ficará visceralmente fortalecida.

Nesta luta incessante, o trabalhador é o adversário real, e a burguesia dominante, por meio da educação escolar, tem necessidade de direcioná-la, ideológica e profissionalmente, para conter e dominar. A escola tem, assim, dupla função: preparar a força de trabalho adequada às exigências da economia capitalista e inculcar a ideologia da burguesia, classe dominante gestora dessa economia.

Na realidade, a escola está dividida em duas grandes redes: a secundária/superior para atender à classe dominante e a primária/profissional, para o proletariado.

A interpretação reprodutivista da educação apenas a admite como instrumento de dominação da classe dominante, tendo uma visão pessimista e não vendo nela a importância como instrumento de libertação por parte da classe dominada. Por outro lado, apesar de tudo, o sistema educacional sempre atua como uma força interna de mudança.

Se o sistema educacional está fora do poder de controle dos seus participantes diretos, então, por que participar dele, da educação que é controlada por um sistema político que representa a classe dominante? Se, na sociedade desigual ela reproduz as desigualdades sociais, deixando que uma maioria fique no limite inferior do seu mundo, isto, é os que são para ficar no limite inferior do mundo do trabalho (sistema de produção), permitindo que minorias reduzidas cheguem no seu limite superior, por que, então, acreditar ainda na educação/escola?

A resposta pode ser simples: porque a educação/escola é inevitável e, apesar de tudo, ela continua sendo o meio disponível pelo qual a classe dominada consegue ascender através de uma mobilização mediante um processo geral de educação independente e culturalmente definido.

O que é negado às classes dominadas não é somente a escola, mas uma enorme quantidade de espaços onde elas podem refletir, estruturar o pensamento contra a dominação. A luta pelo saber, pela cultura, pelo ensino, acaba sendo o modo pelo qual o povo entra na história e se constitui em cidadão.

A conquista pela cidadania não se resume ao aprender a ler, escrever e contar, que se pode aprender na escola, mas passa, acima de tudo pelo saber que se adquire na luta política travada diariamente para construir esta cidadania.

## **METODOLOGIA**

### **3.1. ESCOLHA DOS MÉTODOS**

A metodologia utilizada no decorrer da pesquisa envolveu procedimentos qualitativos que permitiram uma análise global do objeto de estudo proposto “relação entre raça, trabalho e educação”. Para isso, tornou-se necessário incorporar elementos que possibilitaram uma abordagem de maior abrangência e como objeto de investigação, foram realizadas análises das informações obtidas, utilizando-se a técnica da História de Vida.

Para efeito de conferir clareza e objetividade, procurei agrupar os participantes de acordo com o direcionamento que foi dado à entrevista, e a partir daí, uma série de tipificações foram responsáveis pelas características metodológicas.

Maria Izaura Queiroz (1988) diz que, as técnicas quantitativas e qualitativas podem ocorrer simultaneamente, porém, para que tal fato ocorra, é necessário que cada técnica seja aplicada em momentos específicos da investigação. Segundo a autora (1997): “Não tem sentido, nas ciências sociais, se tomar partido por este ou aquele procedimento, tanto mais que na obtenção de dados de fontes variadas, que enriquecem uma pesquisa, determina-se a necessidade de se utilizarem técnicas também variadas”.

Os instrumentos que forneceram estas informações são os indicadores PNDU/IBGE, a partir dos quais foi analisada a situação raça x trabalho x educação.

O método utilizado para orientar o trabalho foi a História de Vida, pelo fato de ser uma técnica eminentemente investigativa por demais usada nas pesquisas sociológicas de

caráter qualitativo. Constituindo ainda um meio de pesquisa que tem como finalidade obter relatos orais por meio de entrevistas na qual o sujeito fala sobre a sua existência através do tempo, tentando rememorar acontecimentos vividos e transmitir as experiências já adquiridas. Sabemos que a história de vida encerra sempre em um conjunto de depoimentos.

### 3.3. A HISTÓRIA DE VIDA

Pereira Queiroz (1988) afirma que, através dos séculos, o relato oral sempre foi a maior fonte de conservação do saber, quando o conhecimento humano sempre se baseou na narrativa. Evidentemente, isto contém uma primeira transposição que é a experiência do indizível, que nada mais é do que a tradução em vocábulos, ocorrendo uma transformação com a passagem do que está obscuro para uma primeira nitidez que é, exatamente, a palavra, por muitos considerada como um rótulo classificatório colocado sobre uma emoção.

É exatamente por meio do relato oral que tomamos conhecimento de fatos ocorridos num passado longínquo, apresentando até um caráter mitológico, ou referente a um passado mais recente, os fatos do dia-a-dia, por exemplo. Este tipo de narrativa veicula noções que são adquiridas pelo narrador, que pode ser o agente do que está sendo relatado, transmitindo conceitos que são adquiridos por outros meios que não necessariamente a experiência direta, como também o narrador de antigas tradições da coletividade.

A oralidade é a base da obtenção de todas as informações e antecede até mesmo outras técnicas do saber. A palavra parece ter sido um das primeiras técnicas utilizadas, sendo que o desenho e a escrita lhe sucederam. A escrita surgiu muito tempo depois e, desde então, é considerada uma cristalização do relato oral. A palavra escrita e o desenho são formas de interpretação da oralidade.

Ainda de acordo com Pereira Queiroz (1988), a história oral é um termo bastante amplo que equivale a uma certa quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por um outro tipo de documento. Registra experiências não somente de um indivíduo, mas de diversos indivíduos que formam a mesma coletividade, e tem não apenas a finalidade de revelar a experiência dos narradores, como também a de obter, destas tradições e mitos, narrativas e crenças a respeito do grupo. Quando acontece uma narração oral, faz-se história, podendo ser de alguém, de um grupo, real ou mítica.

Dentro da amplitude da história oral, a história de vida, juntamente com outras formas de informação obtidas oralmente, apresenta suas peculiaridades. A história de vida e as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias, as biografias, formam material para uma pesquisa na área social, diferindo na definição e em suas características.

A história de vida tem como objetivo fazer um relato de vida do narrador, tentando reconstruir os acontecimentos vivenciados e transmitir a experiência por ele vivida. É considerada, por isto, como uma narrativa individual dos acontecimentos por ele vistos como significativos, sendo que, por meio da história de vida, ocorre um delineamento das relações com os de seu grupo social, de sua profissão.

Diante desse fato, cabe ao pesquisador identificar e captar algo que ultrapasse o caráter individual do que está sendo transmitido e que é introduzido nas coletividades na

qual o narrador faz parte. Na história de vida, o narrador diz o que lhe convém, dando uma idéia do que foi a sua vida e do que ele mesmo é.

Recuos e avanços são fatos constantes na história de vida e, sabendo disto, o pesquisador deve limitar suas intervenções, uma vez que estes avanços e recuos permitem a formulação de inferências. Embora, nesta metodologia, o pesquisador dirija o colóquio, quem decide, na realidade, o que vai ser relatado é o narrador (PEREIRA QUEIROZ, 1988). Por ser a história de vida uma técnica, a sua aplicação demanda um longo tempo. Não será em duas ou três entrevistas que o tema será esgotado. Por isto, são necessários vários encontros com o narrador, havendo dificuldade para se chegar ao final das entrevistas, porque o narrador tem sempre detalhes a acrescentar.

A história de vida, por outro lado, refere-se ao espaço de investigação que diz respeito ao presente-passado imediato, ou seja, ao período que pode ser armazenado na memória dos indivíduos, a depender da memória dos mais velhos. Em relação ao tempo presente, de fato, é uma abertura a investigações de todos os grupos e camadas sociais pouco atingidas pelos registros escritos. Ou seja, a história de vida, quando bem aplicada permite conhecer um grupo e uma sociedade de maneira aprofundada. As revelações que são obtidas através dos questionamentos mostram como os indivíduos se relacionam entre si, a formação e a dominação de grupos e camadas e, finalmente, como tudo isto compõe o todo social, mostrando os conflitos que podem agitar sub-repticiamente este todo.

Quando novas facetas do tema estão sendo desvendadas por meio da história de vida, este inesperado conhecimento deverá ser verificado e complementado por outras técnicas. Os valores sociais que são obtidos pela história de vida e que são inerentes aos elementos que foram pesquisados, não fornecem, certamente, dados estatísticos. No

entanto, uma vez captada e analisada, uma história de vida apresenta informações cuja amplitude pode ser, em seguida, complementada por meio de amostragem e utilização de questionários.

A história de vida retrata a riqueza dos dados que são captados, com o que concorda, atualmente, grande parte dos cientistas. Não se pode negar que mesmo uma única história de vida pode ser objeto de um estudo sociológico aprofundado e frutífero.

A abordagem da história de vida representa também um caminho importante para se aproximar o máximo possível da vivência do pesquisado – sua ideologia e sua práxis – permitindo a compreensão dos significados que estão implícitos em suas ações. É igualmente, ferramenta apropriada para registrar informações histórico-etnográficas significativas. A descrição, neste caso, pode ser vista como algo consistente e confiável, à proporção que o pesquisado situa a base da sua fala no terreno que lhe é por demais conhecido ou familiar: sua própria experiência, sua própria vida.

Esse mesmo terreno será objeto de reflexão consciente do pesquisador com a ajuda de todos os documentos disponíveis. Pesquisador e pesquisado empenham-se no objetivo comum de tecer o discurso. Nem um e nem o outro são detentores da verdade histórica, mas é fato que o pesquisado poderá cometer erros e omissões, ou mesmo mentir ao longo do relato ou na reconstituição dos eventos, mas dificilmente será capaz de recriar a realidade com um discurso insistentemente falso. Se isto ocorrer, fatalmente aparecerão as incoerências. A função precípua do pesquisador é conferir a veracidade do relato e seu objetivo principal é estabelecer uma clara articulação da biografia individual com os padrões históricos e sociais que a explicam.

Em resumo, a história de vida produz não só uma discussão significativa da experiência individual, como também de suas representações, reunindo, assim, tanto expressões conscientes como inconscientes da vida social e da ação histórica. As informações empíricas relativas ao desempenho e à trajetória são enriquecidas por percepções que as tornam inteligíveis.

Os padrões sociais emergem do determinismo das condições econômicas, de classe, faixas etárias, profissionais, regionais e funcionais. Este determinismo especifica muito a ação individual e as formas particulares que distinguem uma experiência pessoal da outra. A abordagem da história de vida diminui a distância entre as dimensões objetivas e subjetivas da análise social, superando o vazio existente em afirmações teóricas gerais e os dados empíricos que parcialmente as sustentam.

Em virtude da sua riqueza de detalhes, a história de vida pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo estagna-se por ter exaurido a busca de novas variáveis, sem conseguir, com isto, incrementos de conhecimento. Podem, então, surgir novas variáveis, novas questões e novos processos que conduzem a uma reorientação da linha de pesquisa.

A história de vida nos fornece os detalhes do processo cujo caráter, de outra maneira, só seríamos capazes de especular. Não voltamos ao passado apenas para entender o presente, mas é justamente por meio da história de vida que o presente, muitas vezes, ilumina o passado, jogando, portanto unidos e com reciprocidade.

O que transmite a história oral? Além das lembranças da infância, geralmente as mais ricas, cheias de certos detalhes sobre a comunidade total, o pesquisado, não sendo pressionado pelo pesquisador, induzirá pouco a pouco as temáticas orientadas previamente

pela entrevista, seja ela histórica ou não. Todo relato, por mais nítido e ordenado que o pesquisado pretenda transmiti-lo, aparecerá freqüentemente embaçado em sua memória, possivelmente com erros de datas. O mais importante, aquilo que nunca se altera ou esquece, refere-se precisamente à narração dos fatos exatos ou falsos. O detalhamento, na maioria das vezes tem a ver com as condições atuais do pesquisado como idade, saúde, nível de vida, interesse ou não em recordar o que ainda se mantém vigente mesmo em condições adversas. Nele intervêm, também, todos os fatores que fizeram do pesquisado, um indivíduo ativo ou passivo em relação a sua própria existência individual.

Contrapondo-se a esta nitidez de lembrança e consciência da situação, existem também outros relatos: aqueles desenvolvidos e contraditórios em si mesmos, nos quais fica difícil encontrar-se coerência, o mítico e o esquecido se entrelaçam e se juntam à vontade de relatar o que nunca aconteceu, mas que se desejava que assim tivesse sido.

Os relatos nem sempre são testemunhos fieis da época. Se, durante o seu relato, o narrador conta algo que aparentemente está dissociado da temática da entrevista, o pesquisador deve buscar fazer pontes para ligar os significados daquele fato tão importante para o narrador e o assunto do seu interesse. A riqueza dos dados que a história de vida permite alcançar, além de fornecer o que se encontra explicitado na fala, cria meios para a percepção do implícito.

Como já foi dito, a primeira exigência da metodologia da história de vida é a máxima redução da interferência do pesquisador. Sua subjetividade já exerce uma intervenção primeira, que é a escolha do tema e, em seguida, a escolha do entrevistado. A escolha do entrevistado passa por duas variantes – o tema da pesquisa e a importância do

entrevistado como fonte, pois ele deve ser detentor da maior gama possível de informações para a pesquisa.

Portanto a qualidade do que será obtido depende basicamente da qualidade do pesquisado, tendo em vista o que se pretende desvendar. Diante disto, é postulada a necessidade do conhecimento prévio do pesquisado. Quanto maior a aproximação tiver o pesquisador com o pesquisado, maior segurança terá o pesquisador na veracidade e proveito do relato. Isto não implica que o pesquisador possa prever, com segurança, o rumo que irá tomar o depoimento, que depende em boa parte do pesquisado, de sua vivência específica, de sua capacidade de relatar, além de uma infinidade de circunstâncias momentâneas que irão influenciar na qualidade da narração.

Tendo em mãos o tema e escolhido o entrevistado, no decorrer das gravações, este passa a ter uma certa autonomia em relação ao pesquisador no tocante à abordagem do tema e ao fornecimento das informações, uma vez que é ele quem vai ditar o seu ritmo e a ordenação dos assuntos. É nesta autonomia que o pesquisado detém o ilimitado potencial do que vai fornecer. Diante disto, qualquer informação se torna proveitosa, podendo vir a abrir novos horizontes que o pesquisador jamais poderá supor. O campo de coleta se apresenta assim infinito, e uma simples revelação do entrevistado poderá dar rumos diferentes, importantes e imprevisíveis à entrevista. Por isto, a técnica pode corrigir a visão do pesquisador a respeito da questão que se propõe a esclarecer.

Ela não deve ser confundida nem com a coleta em si, nem com o resultado final da investigação, sendo apenas um instrumento que tem como finalidade desencravar o dado para recolher o material bruto que precisa ser analisado. Neste tipo de pesquisa, o

investigador usa entrevistas exaustivas com uma pessoa, tendo como objetivo extrair uma narrativa na primeira pessoa.

### 3. 2. RECORTE TEMPORAL

Para um melhor entendimento deste trabalho, necessário se faz analisar o contexto educacional brasileiro, que vai da década de 30 a 60, sendo que esta última constitui o período de maior enfoque, considerando-se que foi uma década de mudanças políticas e administrativas, as quais, conseqüentemente, influenciaram na política educacional.

A escolha deste período decorre do fato de que a Escola Pública até aquele momento (década de 60) se constituía no instrumento mais eficaz, e que possibilitou o acesso dos partícipes da pesquisa a um ensino de qualidade e, conseqüentemente, a um esperado sucesso profissional. Foi, porém, uma fase acometida por fatos políticos que determinaram mudanças radicais na condução da política educacional e que atuaram de forma desfavorável na continuidade desse processo.

### 3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa são pessoas negras previamente selecionadas na condição de serem profissionais liberais, residentes na Cidade do Salvador, independentemente do gênero, desde que sejam originados das camadas populares.

A determinação metodológica apresenta os pontos preferencialmente enfocados nesta pesquisa:

- Identificar a formação cultural de cada pessoa pesquisada.
- Identificar as aspirações e os desejos que cada participante possui em relação à situação que ocupa e o que busca galgar socialmente.
- Identificar as dificuldades encontradas e superadas para alcançar sua inserção no todo social.

Foram selecionadas 50 profissionais negros de nível superior, residentes na Cidade do Salvador, com idades variando entre 40 à 65 anos. Sendo distribuídos por diversas áreas do conhecimento:

• Ciências Exatas:		Ciências Biomédicas		Ciências Humanas	
Arquitetura	3	Medicina	4	Direito	4
Engenharia	3	Nutrição	2	Economia	2
Informática	1	Enfermagem	3	Administração	2
Estatística	2	Odontologia	1	Pedagogia	6
Agronomia	2	Veterinária	2	C. Contábeis	4
Zootecnia	1	Sociologia	4	Letras	4

Segundo FERNANDES,(1978) no que diz respeito ao uso de alguns recursos visando a seleção dos sujeitos para a história de vida, deve-se levar em consideração a variedade de experiências dos sujeitos, as fases de organização da personalidade, bem como o tipo de ajustamento social que se pretende analisar. Aconselha ainda que deve ser elaborado um esquema dos principais "Tipos de personalidade status", "personalidade ideal", que permita proceder à escolha dos pesquisados. Admitindo que esses tipos têm como finalidade servir de guias grosseiros, como um rude sistema de referências.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1. IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

A negritude e o embranquecimento são conceitos operacionais que se contrapõem quando pretendemos situar as novas formas de identidade entre negros da classe média.

A identidade étnica ou etnicidade nas interpretações modernas é tida como um sentido de pertencer ao passado, sendo compartilhado de elementos culturais e sociais.

Agier (1992) acredita em dois tipos de discurso negro – um culturalista e outro político – sendo que as diferenças surgem de acordo com a presença do que é chamado de socialização do meio negro. A identidade negra é formada a partir da utilização de códigos e símbolos que surgem da sociabilidade negra, geralmente ligada às práticas sociais da cultura popular, tais como as manifestações artísticas e festivas.

*Para mim, mundo negro fora das comunidades africanas não existe, não passa de um discurso vazio. Quando alguém diz a respeito do mundo negro, entendo que seja o mundo que é permeado por elementos da cultura negra, fora disso é um discurso vazio, inconsistente. Acredito que o elemento de cultura negra se perdeu, não se encontrou na realidade. (Médica, 38 anos)*

Segundo a entrevistada, a identidade negra é construída a partir da cultura. Ela não se define apenas como negra, muito embora apresente uma fala afirmativa em relação ao negro, mesmo negando a existência do mundo negro, ou da cultura negra.

Percebemos que para os entrevistados registrarem os estereótipos e padrões comportamentais geralmente caracterizados como “típicos de negros” tem sido a regra. Entretanto isso não significa que eles não procuram conhecer e afirmar sua condição étnico-racial, atribuindo um valor positivo à cultura negra, orgulhando-se de sua cor e de sua raça.

*Sei que sou negra, mulher e pobre. São três agravantes que tenho que conseguir transpor para poder vencer na vida. Não faço parte do movimento feminista, mas tenho certeza que sendo mulher tenho dificuldades para conseguir algo. Não me preocupo com a minha identidade, quer dizer sou o que sou, então minha identidade é o que sou, que me considero. Como disse anteriormente, para conseguir o que necessito, não fico parada pensando nas dificuldades que tenho como negra e mulher, simplesmente vou à luta, sei que depende só de mim, não espero que tenham pena ou compaixão. As dificuldades aliadas ao preconceito estão postas e tenho que transpor. Na maioria das vezes consigo, outras não. Portanto não me preocupo muito com a questão da identidade. (Socióloga, 45 anos)*

*Na minha visão, a identidade da pessoa está basicamente no modo que ela tem de pensar. Por isso não me preocupo, não acho que é muito importante. (Advogado, 58 anos)*

*Não considero a variável cor como a mais importante para que eu possa me identificar, existem outras mais importantes, considero a cor como uma variável diferenciadora. (Estatístico, 55 anos).*

Podemos perceber que o último entrevistado considera a cor como apenas um qualitativo que simplesmente diferencia e não um atributo que seja capaz de igualar, demonstrando uma idéia de exclusão em relação a um grupo ao qual não pertence.

*Sou negra, sei que dentro de formação da identidade passamos por vários questionamentos em relação ao racismo, indo do mais velado ou sutil até o mais escancarado possível. (Pedagoga, 42 anos).*

A entrevistada demonstra que a questão da identidade negra às vezes surge a partir de uma experiência de discriminação.

Os entrevistados, de um modo geral, dificilmente têm, de início, uma definição de identidade baseada em aspectos raciais, sendo talvez uma forma de não considerar essa característica como sendo fundamental para formar essa definição. Neste aspecto, os atributos mais importantes seriam aqueles relacionados à determinação da personalidade e do caráter. Estes é que seriam os elementos básicos diferenciadores da identidade, que levariam a uma forma de ser e de pensar, ou algo ligado a valores que, a princípio, não deveriam ter nenhuma ligação com aparência das pessoas, atributo em que se incluem raça e/ou cor.

Para eles, ao que se percebe, a questão da raça está mais ligada à cor no sentido de constituir-se uma característica basicamente física ou exterior à pessoa, ao ser, demonstrando que se trata de um fenótipo. Não existe nenhuma contribuição a qualquer significado mais profundo, correlacionando-a, por exemplo, à cultura ou a qualquer tipo de visão do mundo, que provavelmente seriam atributos que dariam significado ao termo identidade.

*Na realidade não usaria a cor para me identificar, não concebo chegar a pensar que, pelo fato de ser negra, tenho de pensar e agir de forma diferente de outra pessoa (Pedagoga, 49 anos).*

*Identidade é algo que está diretamente relacionado com a pessoa é como se fosse o sujeito, o próprio eu. Acho muito difícil definir a identidade. Em caso de identificação, falaria da minha profissão, do que eu faço, estudo, basicamente os meus valores, das minhas qualidades (Agrônomo, 55 anos)*

*Eu entendo que a identidade é você, é exatamente o seu eu, como você faz a leitura do mundo, e de si mesma. É saber o que você é e que posição ocupa no seu espaço. Veja como eu sou, minha identidade? Na minha família sou a mais velha, a neta, a prima, a sobrinha, no trabalho sou a professora, na rua sou a vizinha. Vivemos situações diferentes, o que me leva a crer que sou pessoas diferentes ocupando posições diferentes. Mas na realidade sou a mesma pessoa. (Pedagoga, 50 anos).*

*Entendo que as identidades têm muito a ver com a personalidade, cultura da pessoa, ou seja, é a formação dela. Pelo fato de ser originada de um família simples, aprendi que eu sempre necessitava de me virar, investigar, de não acomodar, de não baixar a cabeça, ir sempre atrás. (Professora de Letras, 48 anos).*

*Identidade corresponde exatamente a uma igualdade de características, posso ser muitas coisas em situações diferentes posso me imaginar como pessoa, nível social, cultural e econômico, tudo isso não passa de classificações minhas como indivíduo que eu posso me identificar com outros indivíduos. (Advogado, 55 anos)*

*Identidade é o resumo do que você é para a sociedade, é o que você representa para você mesma, ou seja, não é só o que você representa para você, uma vez que é passível de erro uma avaliação subjetiva, ou seja, amálgama do que a sociedade moda. (Médico, 58 anos)*

A identidade, do ponto de vista dos entrevistados é uma variável que tem a ver com a cultura, personalidade, sendo e muitas vezes definida a partir de vivências de discriminação, justificando-se até que, porque algumas pessoas negras não negam a sua negritude, não demonstram familiaridade com a questão, que muitas vezes é tida como algo que vem de fora.

*Na realidade, cada ser humano corresponde a um acervo de coisas, e estas coisas não estão determinadas pela cor. A minha identidade não tem nada a ver com a cor, e sim pelo que tem dentro de mim. Acho que devemos nos preocupar com o ser humano. Quando adolescente, não entendia por que era xingada pela minha cor, acreditava que podia ser até ofendida por outra coisa, porém, jamais pelo que eu sou, pela minha cor. (Pedagoga, 62 anos)*

A identidade racial, como qualquer outra identidade é vista como uma possibilidade de identificação, mesmo que não possa ser mudada como outros atributos de identidade relacionados a valores.

Gilberto Velho (1994) traz uma análise da sociedade baseada no conceito de identidade em sociedades moderno-contemporâneas, acreditando que, nem sempre, a cor ou a raça constitui-se numa identidade básica, o que reflete uma consequência da fragmentação que caracteriza a modernidade, juntamente associada ao desenvolvimento de ideologias individualistas. Ressalta que a complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea apresentam como uma de suas características mais importantes a existência de diferentes visões do mundo e estilos de vida. Uma das questões mais polêmicas que deve ser observada é até que ponto estas duas variáveis implicam uma adesão para demarcar fronteiras e elaborar identidades sociais. Existe uma diferença básica entre identidade socialmente dada e uma identidade adquirida em decorrência de cada trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas.

A primeira é imputada por valores sociais extrínsecos ao indivíduo, enquanto o segundo tipo de identidade é construído por ele próprio, fazendo-o assim sujeito atuante da sua identificação.

Os depoimentos deixam claro que a identidade racial não pode ser analisada apenas como socialmente dada. Na realidade, ela permeia as duas dimensões descritas por Velho. Ao mesmo tempo em que ela é dada, ela também é adquirida na proporção em que se toma consciência dela.

Pelas colocações a respeito do conceito de identidade, os entrevistados demonstram que estão de acordo com os valores e ideologias da sociedade moderna. Ainda

segundo Velho (1994), esse conceito é marcado por um processo de psicologização e individualização, resultado de um universo fragmentado.

#### 4.2. A QUESTÃO DA NEGRITUDE

A partir dos movimentos negros na década de 70, o termo negritude passou a ter uma relativa popularidade na sociedade brasileira.

Segundo Bastide, (1959) a negritude das classes baixas é vivenciada e não pensada. Ainda que haja o reconhecimento de uma negritude racionalizada nas classes médias, isso pode ser decorrência não apenas da necessidade de se fazer uma defesa das impressões do branco, das novas formas de racismo, como também pelo medo de perder a posição de classe média estável.

Segundo Munanga (1988), o conceito negritude é uma decorrência do movimento específico de intelectuais negros dos países americanos, diante da necessidade de retomar a cultura negra que fora por eles rejeitados. Segundo o autor, existem três concepções do termo negritude: uma de caráter biológico e racial, a qual está associada à raça negra; outra de caráter psicológico, relacionada ao comportamento e à personalidade e, por fim, a que valoriza a cultura.

Dois aspectos devem ser considerados relevantes para uma análise: a negritude como um processo consciente e racionalizado; e a negritude como orgulho da cor e da cultura africana.

### 4.3. O EMBRANQUECIMENTO – TEORIAS

Inicialmente, a questão da ascensão social dos negros foi estudada por Donald Pierson (1945), Thales de Azevedo (1955), Roger Bastide (1959), e Florestan Fernandes (1978). Embora haja algumas discordâncias entre eles no que diz respeito ao entendimento das relações sociais, no tocante ao preconceito racial e à ascensão social, porém, eles analisam a questão da ascensão social tomando por base a noção de embranquecimento.

A questão da ascensão do homem de cor faz-se pela interiorização dos modelos brancos. O que define a classe média negra é exatamente a aceitação dos valores da classe branca, as boas maneiras, a preocupação com a educação. Pode-se dizer que o processo de branqueamento se faz no domínio familiar, religioso, do casamento (onde ocorre a escolha de um homem negro, mais instruído, por uma mulher mais clara), como assinala Bastide (1959).

Segundo ainda Bastide (1959), o branqueamento é a utilização dos modelos brancos e a perda dos valores culturais africanos. A integração do negro se processa a custa de sua assimilação aos valores da cultura dominante.

Para Florestan Fernandes (1978), os negros e os mulatos que ascendem pagam o alto preço exigido pela sociedade, uma vez que são levados a manter uma forma de autoafirmação que implica a negação de si mesmos. O autor considera que só é possível entrar no mundo dos brancos passando por um processo de abasileiramento que é, implacavelmente, um processo sistemático de embranquecimento.

Bastide (1959) e Fernandes (1978) problematizam a ascensão social dos negros no que diz respeito à contradição ou à negação de uma identidade negra, compreendida com uma opção ao embranquecimento. Azevedo (1955) e Pierson (1945) consideram, porém, o embranquecimento como uma estratégia utilizada pelos negros para reduzir as desvantagens atribuídas à cor.

Já Hasenbalg (1979) acredita que o branqueamento e a questão da democracia racial brasileira são o produto cultural das elites dominantes.

O branqueamento social equivale à noção popular de que o dinheiro embranquece. Ele faz com que as pessoas de cor bem-sucedidas sejam percebidas e tratadas como mais claras do que as pessoas da mesma cor, mas de *status* inferior.

Uma consequência direta do branqueamento é a aceitação pelos não-brancos socialmente ascendentes, das normas e valores dos brancos, a partir da qual a integração social é procurada, o que implica a transformação do grupo negro de origem em um grupo de referência negativa. Sendo assim, o branqueamento social não só promove a divisão interna entre os não-brancos, como também constitui a base das manifestações de preconceito de mulatos ascendente contra os negros, (HASENBALG,1979).

*A preocupação dos meus pais era me dar uma boa educação, minha mãe era doméstica em casa de família e o que ela lá observava tentava passar para os filhos em casa. A sua preocupação era de que nós tivéssemos o mesmo comportamento dos brancos. Imagine, um negro já é tão discriminado porque faz coisa feia, dizia ela. (Arquiteto, 55 anos).*

Souza (1983) acredita que o drama dos negros que ascendem em uma sociedade multirracial e racista e que, ao mesmo tempo, vincula a ideologia da democracia racial é

bem claro, uma vez que os negros mantêm uma grande admiração pelos brancos tentando imitá-los, enquanto sentem um sentimento de inferioridade em relação a si mesmos.

Em relação aos autores citados, certamente é necessário analisar o contexto histórico em que cada um escreveu. Azevedo e Pierson estudaram uma Bahia pouco urbanizada e industrializada, onde a ascensão social era muito mais difícil. Com certeza, a cultura negra a que eles se referem era exatamente a adotada pelos negros de classe baixa, que constituía a base da população. Um fator agravante era a dificuldade de acesso do negro à escolarização, o que impedia um maior contato entre o mundo branco e o mundo negro. Contudo vários fatores ocorreram na sociedade baiana, tais como a industrialização e a democratização do ensino público, que contribuíram para uma mudança do contexto social, conforme já assinalado.

A cultura negra é mais identificada através da religião, culinária, música e dança. Por outro lado, a cultura branca é mais associada aos aspectos gerais, tais como educação formal, política, tecnológica. Sendo assim, é quase impossível não vivenciar no cotidiano os aspectos da cultura branca.

*Após me tornar uma profissional de nível superior é que fui tomar conhecimento da minha etnia. A partir de um dado momento é que percebi o quanto a sociedade classifica, discrimina e estereotipa. (Enfermeira, 47 anos)*

Vê-se, dessa forma, que a escolarização foi insuficiente para a tomada de consciência da realidade, e somente com o conhecimento da sua própria história de vida é que a entrevistada se posicionou criticamente, e, a partir daí, passou a contestar os valores sociais. A contestação surge no momento do conhecimento da identidade negra e é usada como uma forma crítica de ver o mundo.

#### 4.4. A QUESTÃO DA IDENTIDADE MESTIÇA NO BRASIL

No Brasil, a questão mestiça ou do mulato sempre foi objeto de discussão, nos estudos sobre relações raciais, citando-se como principais autores: Paulo Freire, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Costa Pinto, Donald Pierson.

Segundo teorias vigentes no século XX, “O mulato” ou o “mestiço” é um tipo racial que surgiu de uma mistura de várias raças, mas que devia ser evitada, por causa das suas prováveis fraquezas de caráter moral. Isto justificava a urgência de realizar uma política de “branqueamento” da população tendo em vista construir no Brasil uma “civilização superior”.

Em *As elites de cor*, Thales de Azevedo (1951) afirma que na Bahia, em pleno século XX, a população era e continuava sendo, basicamente “preta” e “parda”, afirmação feita com base em informações do Censo do IBGE. Donde se conclui que os vocábulos “mulato” e “mestiço” geralmente são empregados para enfatizar as más qualidades morais da pessoa de cor, levando a crer que a sua pigmentação e os seus traços étnicos agravassem os seus defeitos.

O mestiço é fruto da mistura de raças diferentes, sendo considerado ou visto como um confronto de diversos tipos ou relações de poder e conjuntos culturais. Ocupando áreas intermediárias nos estratos sociais, seria evidentemente um elemento que subverteria a sociedade, fato este que possivelmente contribuiu para o tipo de idéias difundidas sobre hibridismo e degradação social. Fazendo parte de uma camada que se desenvolveu

amplamente, o mulato representava uma ameaça à estrutura das hierarquias sociais estabelecidas.

Maria Isaura de Queiroz (1988) estudou a ascensão socioeconômica dos negros no Brasil, chamando atenção para o fato de que a posição social dos mulatos, dos mais acentuados aos mais claros, foi no Brasil sempre diferente da posição dos indivíduos cuja pele é muito mais escura. Normalmente as pessoas com características negróides, mas cuja pele não é carregada, tiveram sempre mais facilidade na ascensão socioeconômica.

Bastide (1959) faz uma referência especial a respeito das “manifestações de preconceito de cor”, observando que o mulato é mais aceito que o preto e que os problemas diminuem à proporção que a cor clareia.

Gilberto Freire (1984) valorizou o mulato e o mestiço como elementos de integração nacional, classificando-o como o tipo do homem ideal moderno especialmente para os trópicos.

*Eu não sou nem negra, nem branca, não sou índia, se mestiço é raça, então sou da raça mestiça. Sou uma mestiça. No Brasil existem muitos termos para realizar uma classificação, é mulato, pardo, escuro, etc. Sendo difícil dizer negro, branco. (Advogada, 48 anos)*

*Entre o negro e o branco existe o meio termo, que é a mistura. Sou mais pra lá do que pra cá (Veterinário, 55 anos)*

Observe-se que a questão é relevante, sendo necessária uma categoria que venha definir a mistura racial, pois essa mistura existe, ocupa lugar e corresponde à maior parte da população. A preocupação é saber que categorias de identificação poderiam alcançar toda essa demanda. Basicamente, a dificuldade está em classificar o que corresponde ao

meio termo (não ser nem branco e nem preto). Quando normalmente se diz que a pessoa está “mais pra lá”, significa ter a cor mais clara e “mais pra cá” significa ter a pele mais escura, mais próxima do negro.

#### 4.5. CLASSIFICAÇÃO RACIAL – UM PROBLEMA BRASILEIRO

O sistema de classificação sócio-racial existente no Brasil caracteriza-se moderadamente pela indefinição dos seus tipos, questionáveis em diversos aspectos, uma vez que é marcado pela relatividade, fluidez e ambigüidade.

Segundo Da Matta (1981), diante desse quadro, não cabe falar da existência da pureza racial, desde que não há negros puros nem tampouco brancos puros, uma vez que, na ascendência, todos seriam resultado de uma mistura racial.

Segundo Velho (1994), em outro sentido, essa fluidez dos conceitos de identidade encontra-se relacionada a uma outra ideologia, a do “individualismo”, que evidencia a subjetividade.

Analisando essas duas ideologias, pode-se concluir que, no Brasil, “incomoda” qualquer tentativa de uniformização de características consideradas pessoais, entre as quais está incluída a identidade racial, o que permite várias formas de classificar uma pessoa.

Nos seus estudos, Thales de Azevedo percebeu a dificuldade de uma única forma de classificação por cor. Neles é citada uma variedade de fontes que são utilizadas para

classificar uma pessoa, indo do senso comum e chegando a outros estudiosos, entre eles Nina Rodrigues, além das que normalmente são utilizadas pela polícia.

Nos seus vários estudos relacionados com a questão racial, Thales de Azevedo conclui que, apesar de a Bahia ser considerada um paraíso racial, o preconceito racial existe e a ascensão social dos negros ainda é muito individual. A ascensão social dos negros como indivíduos é freqüente e fácil verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm ascendendo como mais dificuldades.

#### 4.6. A QUESTÃO DO PRECONCEITO E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

O usual sistema de classificação racial que existe no Brasil possibilita uma gama de categorias e possibilidades de classificação, que permite desde o branqueamento ao escurecimento do indivíduo. É bom lembrar que o referido sistema de classificação racial no Brasil identifica as pessoas tomando por base as características físicas, principalmente a cor da pele, deixando claro “o modo especial” de discriminar.

Esse modo especial de discriminar do brasileiro forma vários graus de exclusão do negro, indo do mais sutil ao de maior preconceito: algumas famílias chegam a proibir o casamento com pessoas de cor negra. Nesse aspecto, é possível existirem possibilidades de que um mesmo indivíduo possa clarear ou escurecer, tanto por meio de auto-classificação ou de classificação realizada por terceiros.

*Existe muito preconceito no Brasil, principalmente aqui em Salvador, onde a situação é tão confusa que até mesmo a discriminação racial tomou um sentido diferente, porém nunca fui incomodado, mas sempre soube de eventos envolvendo negros. (Dentista, 46 anos)*

Segundo Florestan Fernandes (1978), a razão de se fazer uso do "jeitinho" ou do modo especial na esfera das relações sociais é porque se vive em um país que sempre teve "preconceito de ter preconceito".

Irene Barbosa (1992) afirma que o "jeitinho brasileiro" é sempre uma forma especial de resolver algum problema difícil ou proibido. Assim, diante do "jeitinho", as prováveis tensões raciais são resolvidas de modo a permitir que o preconceito, que é proibido tanto ideológica quanto formalmente por lei no País, encontre seu espaço para manifestar-se em todas as suas facetas. Na década de 50, Costa Pinto (1952) dizia que uma boa definição dos elementos que parecem estar presentes nesta forma de discriminação à brasileira, citando, sob o rótulo de estudos de atitudes, situações de discriminação particulares que poderiam ser caracterizadas como "jeitinho".

Analisando nesse sentido, parece que realmente existe diferença na percepção do preconceito e da discriminação, segundo as diferentes categorias raciais.

#### 4.7. TRABALHO – LOCAL DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Somente por meio do concurso público, o negro tem mais chances de não ser preterido em relação aos brancos, uma vez que, durante o processo de seleção, sua cor não

está sendo vista. Mesmo assim, existem registros de discriminação ocorridos em órgãos públicos e privados. Na verdade, a presença do negro incomoda não apenas ao branco, mas principalmente a outro negro, que não vê com bons olhos uma pessoa da sua cor ocupando uma posição de destaque.

*Se, na disputa por uma vaga, estiverem concorrendo um negro e um branco, não adianta o negro ser muito bom, uma vez que nesses casos não conta. Por mais que a pessoa negra se esforce, a aparência neste momento é mais importante.*  
(Nutricionista, 55 anos)

*Em relação a trabalho, a mulher negra só serve se for para pagode, carnaval e casas noturnas. Aí sim, a negra serve e tem valor.* (Analista de Sistema, 38 anos)

Normalmente, a discriminação no trabalho não é sentida quando, no setor, a proporção entre brancos e negros é equilibrada, ou onde o branco está em minoria.

Geralmente são apresentadas situações bastante constrangedoras, vividas por negros em lugares públicos. Em lugares privados, porém, é mais difícil de ocorrer, uma vez que as pessoas são pegadas de surpresa e, diante do extremo constrangimento, geralmente não reagem, existindo apenas um caminho a ser tomado, que é engolir a humilhação e fazer que não percebeu. Geralmente, quando negro alcança uma condição superior, poderá ser vítima de preconceito.

Existem situações em que o preconceito é mais sentido, o do negro em relação ao próprio negro, sendo considerada incompreensível por parte do negro que conseguiu ascender socialmente. Tal situação revela a situação de ignorância em que vive a maioria dos negros, quando deveria, pelo contrário, servir de exemplo a ser seguido de incentivo pelas mesmas condições, alcançadas.

Segundo Florestan Fernandes (1978), esse fato geraria o “isolamento” daquele negro que ascendeu, em relação à maioria negra que permanece na subalternidade, que por sua vez o acusará da perda da identidade negra.

*O preconceito começa entre os próprios negros, a própria segregação racial somos nós da minha cor que fazemos. (Médico, 63 anos)*

Na maioria das vezes, o preconceito é por parte de outros negros que estão em uma situação social inferior, que não admitem que outra pessoa de sua cor possa chegar a uma emancipação que para eles parece ser impossível.

#### 4.8. PROFISSÃO, ESCOLHA E ASPIRAÇÕES

Bourdieu (1989), analisando o sistema de educação francesa, chama atenção para o fato de que todas as atitudes dos membros das diferentes classes sociais a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão dos sistemas de valores implícitos ou explícitos na sua posição social. A partir de uma pesquisa realizada na França, revelou que as escolhas operadas no momento da entrada na quinta série determinam de uma vez os destinos escolares. Bourdieu concluiu, então, que o crescimento da taxa de escolarização secundária dissimula o fato de que as crianças das classes populares devem pagar seu acesso a esse nível de ensino com um estreitamento considerável do campo de suas possibilidades futuras.

Já as pesquisas realizadas por Florestan, no Brasil, revelam, que, entre pretos e mulatos de mesmo nível social, há uma tendência à escolha realista das profissões, encaminhando-se na direção de ocupações acessíveis. As profissões ideais preferidas pelos brancos, segundo estas, são a de motorista e a de mecânico, vindo em seguida, segundo proporções três vezes inferiores, as de médico, comerciário, advogado.

Laura Veiga (1975), fazendo um estudo com os alunos da UFMG, chegou à conclusão de que o destino a que se refere Bourdieu seria determinado a partir do processo de competição em que os de origem socioeconômica mais alta não são apenas as que têm maior probabilidade de serem aprovados como também são menos frustrados, pois encontra maior satisfação de suas expectativas na educação formal. Conseguem ser aprovados para os cursos que procuram, e, pelo menos na estrutura atual, fornecem as titulações mais aceitas e demarcadas pelo mercado de trabalho.

Ainda em relação à escolha profissional, esta, na maioria das vezes, é construída partindo de uma leitura pessoal e individualizada em relação aos vários aspectos que marcam a trajetória escolar. Em geral essas escolhas são instáveis, provisórias, conflituosas, refletindo no caráter e no desempenho do profissional .

#### 4.9. ASCENSÃO SOCIAL – TRAJETÓRIAS

Este item tem como objetivo analisar as trajetórias das pessoas entrevistadas que conseguiram concluir o curso superior, o que implica logicamente analisar os seus projetos de ascensão social.

Segundo Velho (1994), a idéia de projeto é por demais importante para que haja um entendimento, em nível individual das performances, explorações, desempenho e opções, tomando por base as avaliações e definições necessárias à realidade.

Bourdieu (1979) nos chama a atenção para o perigo de trazer noções do senso comum, com histórias de vida, para o campo acadêmico, sem que haja uma devida reflexão. O autor acredita que a história de vida é necessariamente um caminho, devendo-se dotá-la de um sentido que comporta etapas que deverão apresentar um começo e um fim, numa sucessão de fatos ou acontecimentos. Acredita que, para compreender uma trajetória, é necessário construir os estados sucessivos do campo dentro do qual ela se desenrola.

Indiscutivelmente, a ascensão social do negro acontece, apesar de todos os obstáculos e dificuldades e do peso que a negritude determina. O que se pretende analisar, especificamente, são as trajetórias de sucesso de alguns negros que atingiram níveis mais altos de instrução, uma proporção bastante inferior aos níveis que os brancos conseguem atingir. Quais seriam os fatores determinantes desse sucesso? Quando é que, essas trajetórias narradas, ocorre a ascensão, bem como em que sentido os projetos são elaborados especificamente?

#### 4.10. A ESCOLA E A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE VIDA

Não resta dúvida de que a escola é de fato o veículo de ascensão social por excelência ou o meio para abolir as diferenças sociais, conforme ressalta Florestan Fernandes (1978), sendo uma das principais vias de ascensão social na visão de Thales de Azevedo (1955). Sendo assim, é necessário analisar a postura dos entrevistados em relação à escola, e, partindo daí, determinar a importância que é dada à formação de nível superior dentro de um possível projeto de ascensão.

*Em minha casa sempre houve a preocupação de todos estudarem, mesmo repetindo o ano, o que não podia era ficar fora da escola, parar de estudar. (Socióloga, 53 anos)*

*Para o negro, é necessário conquistar o seu espaço, de conseguir galgar por meio do estudo, do conhecimento. Sendo, portanto, uma obrigação, até mesmo um dever. (Contador, 60 anos)*

Para a maioria dos entrevistados, a escola e a educação estão na linha direta para ter um bom emprego e salário, isto é, quanto mais educação, melhor salário, pois se estudando mais, alcança-se melhor emprego e melhor nível de renda.

*Sempre gostei de estudar, éramos sete irmãos. De todos, o único que conseguiu concluir o curso superior fui eu, o que me permite ter um nível de renda melhor e poder ajudar os demais parentes. (Administrador, 51 anos)*

Na maioria das vezes, a família abre mão de muitos bens de consumo para dar aos filhos, dentro do possível, uma educação considerada como de boa qualidade.

#### 4.11. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ASCENSÃO SOCIAL

Segundo Barcelos (1996) a família surge como questão, de modo espontâneo nos relatos sobre ascensão. São citados parentes cujo papel foi destacado no salto que conduziu à melhoria de vida.

O que Barcelos diz é confirmado pelos depoimentos dos entrevistados sobre a importância e o esforço empreendidos pelos pais, sendo a família considerada como elo principal para o processo de ascensão social.

Também Bastide (1959) fala da importância que as mulheres negras desempenham na questão da ascensão.

Pelas colocações dos entrevistados, é possível concordar com o posicionamento de Bastide nos estudos sobre a família negra. Quando os entrevistados fazem a reconstrução das suas histórias de vida, falam exatamente dos esforços realizados pelos pais para educá-los, dando-lhes uma vida mais digna.

Muito embora se perceba que a maioria dos entrevistados tenha tido uma educação com a participação do pai e da mãe, eles ressaltam o papel desempenhado pelo pai, aquele que trabalhava duro, enquanto a mãe tinha ocupação de organizar a família, visando dar condições para a ascensão social.

*Com certeza o empenho, a cobrança e a dedicação dos meus pais foram importantes para chegar aonde cheguei, eles acreditavam na educação escolar como uma mola propulsora. (Economista, 45 anos)*

Muitos entrevistados saíram de uma situação de pobreza extrema, atingindo elevado grau de ascensão social em apenas uma geração. Essa ascensão, na maioria das vezes, não foi alcançada por todos da família.

Segundo Bastide (1996), a ajuda nos estudos é o que a maioria dos entrevistados ressalta, com os parentes mais próximos ficando na base hierárquica, dando sustentação. Normalmente, os irmãos mais velhos costumam ajudar na educação dos mais novos que necessitam de ajuda financeira. Boa parte dos entrevistados enfatiza que a família, não podendo dar a todos os membros o mesmo tipo de educação, adota estratégias que garantam para alguns a ascensão, com os mais novos sendo mais privilegiados, uma vez que, além da ajuda dos pais, ainda encontram auxílio dos irmãos mais velhos, pois estes já estão colocados no mercado de trabalho.

#### 4.12. RELAÇÕES RACIAIS: BRASIL, BAHIA E SALVADOR

A questão das relações raciais no Brasil é determinada por cinco grandes fases de transformações sociais. A primeira fase, que ocorreu no período colonial, foi determinada por uma discriminação racial aberta. A segunda, que se iniciou na Independência política do País (1822), teve a criação de leis que procuraram disciplinar e, ao mesmo tempo, escamotear as desigualdades raciais através da inexistência da discriminação racial sistemática, sendo possível o registro da insatisfação com a hierarquização racial e conseqüentemente social.

No período da instituição do período imperial, quando as transformações exigiam a criação de normas que viessem estruturar o novo Estado, o governo decretou o critério racial aberto em prol de uma linguagem baseada em categorias sociais e comportamentais, em que as práticas de discriminação racial eram dissimuladas sob a capa do controle da criminalidade e da manutenção da ordem, como demonstraram as atitudes em relação aos vadios e negros.

Já na Constituição de 1824, as distinções de *status* se faziam apenas entre pessoas livres e escravos. É necessário ressaltar que na legislação anterior, como também na posterior, não se encontram soluções para os conflitos entre brancos, mestiços e negros. Na legislação, são notadas certas imprecisões e ambigüidades que deram origem a más interpretações. No final do século XVIII, estas questões raciais envolvendo brancos, negros e mestiços, eram analisadas por intelectuais e/ou políticos, que os mesmos desenvolveram projetos políticos que visavam atender a estas necessidades.

Entre os inúmeros projetos políticos de estruturação do Estado-Nacional durante o Império, diversas elaborações foram realizadas no sentido da reordenação da sociedade sem tráfico, mesmo porque, com a pressão dos ingleses, já se previa o fim da escravidão. Assim, neste contexto, de acordo com Célia Maria Azevedo,(1987) foram elaborados trabalhos como os de João Severiano da Costa, Domingo Alves Barreto, entre outros.

Em relação a esses trabalhos Célia Maria Azevedo (1987) afirma que, na forma de projetos detalhados, os livros publicados neste período de previsões do fim da escravidão, deixaram entrever a ansiedade em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros, preparando o País para um futuro de trabalho livre, ordem e progresso. Há uma preocupação flagrante com a questão da mão-de-obra, bem como uma

preocupação na superação do problema racial. Entre os projetos, o que obteve maior relevância foi o de Jose Bonifácio que visava a supremacia dos brancos, em relação aos negros e índios, tendo como alternativa o branqueamento.

A terceira fase aconteceu entre 1870 e 1930, cujas bases estavam ainda no período do Império, sendo determinada pela extinção da escravidão, a partir da qual as transformações nas relações políticas e econômicas exigiam novo projeto econômico, o que indicaria novas relações de trabalho. É conhecida como fase de transição para o trabalho livre, processo longamente retardado com o fim do regime escravagista, cujo término estava previsto desde a primeira metade do séc. XIX com a pressão inglesa para pôr fim ao tráfico de escravos.

A quarta fase corresponde à chamada Era Vargas, que se iniciou em 1930, com um forte cunho nacionalista. Gilberto Freyre, com a obra *Casa Grande & Senzala* lança nova interpretação das relações sociais. A partir de seus estudos, a miscigenação racial e cultural passou a ser vista como um fator positivo na formação da identidade nacional.

Freyre compreendia a miscigenação como um processo em que as propriedades de cada um dos grupos sociais ou pessoas não desapareciam para dar lugar a um terceiro, mas faz do mestiço alguém que guarda a indelével lembrança das diferenças presentes em sua formação. Ele considerava a mestiçagem não só como fator físico, mas também espiritual.

Segundo Freyre, as raças têm um caráter histórico e a mestiçagem não implica uma decadência social, e, sim, uma vantagem, ao permitir a mobilidade e adaptabilidade.

Em 1936, Gilberto Freyre publicou um novo trabalho, *Sobrados e Mocambos*, sendo a continuidade de *Casa Grande & Senzala*. O trabalho resgata a decadência do

sistema patriarcal e, transformando-se numa sociedade urbana, burguesa, mas principalmente as profundas permanências centradas na sociedade rural, onde a economia está centrada na monocultura e no poder do patriarca branco. Analisa também a mudança da casa-grande pelo sobrado, fato este que coincide com a vinda da família real, modificando e civilizando os costumes, ocorrendo a luta entre o poder da coroa e o poder local. Este momento é decisivo para que o mulato ocupe espaço destacado como uma das partes da interseção na luta pelo poder.

Neste momento, o mulato passa a ter uma importância muito grande, permitindo a sua inserção ascendente na sociedade, ocorrendo o alargamento e a democratização da sociedade. Freyre pontua alguns aspectos desta ascensão e evidencia que os mulatos passaram a ocupar expressivo espaço nas letras e nas profissões liberais. O autor fala da discriminação racial contra os mulatos e as estratégias de ascensão do mestiço como a educação, o casamento, a busca pelo embranquecimento, a absorção quase que excessiva dos costumes e modos dos brancos europeus.

A quinta fase começou na década de 60 com a reestruturação dos estudos existentes e as novas perspectivas sobre as desigualdades sociais e raciais. O mito da democracia racial é revisado, surgindo novas pesquisas que comprovam largamente a desigualdade racial, camuflada pela ideologia que faz parecer que o problema está na desigualdade social. Com os avanços da pesquisa da história da escravidão, esta crítica toma impulso e as teorias da estratificação social passam a ser investigadas para explicar as relações entre raça e classe no Brasil.

A miscigenação ocorreu em uma grande escala na sociedade brasileira, sendo considerada como um dos aspectos mais importantes do Brasil Colônia, apresentando-se

como fator histórico-social que se impôs à estrutura social, à vivência cotidiana, à forma de pensar enquanto sociedade, interpretando-a através de sua lógica, estrutura e inserção em outras sociedades. Esta questão tem despertado, através do tempo, a atenção de vários intelectuais, políticos, historiadores, sociólogos que apresentaram projetos e/ou interpretações da sociedade brasileira.

A primeira fase foi determinada por uma discriminação aberta, tendo surgido do processo da colonização que teve como consequência grandes alterações nas estruturas sociais da África, Ásia e América. Daí, por outro lado, surgiram novas relações econômicas e políticas, consequências básicas da imposição racial por parte das civilizações dominantes.

No Brasil, foi criada uma estrutura racial hierarquizada que atuou de modo a produzir grupos e camadas, em uma prática cotidiana e diferenciada dependente das especificidades das sociedades dominadas, sendo acompanhada por instrumentos legais, ou seja, de uma discriminação racial legalizada. Tal fato permeia, de forma marcante, todo o período colonial brasileiro, instituído pelo modelo de colonização portuguesa em seus múltiplos aspectos, tais como a criação de feitorias utilizadas desde a África.

O medo da sociedade colonial era que os descontentamentos, juntamente com as revoltas escravas, viessem a subverter a "ordem de direito" preestabelecida, temor fortalecido pela repercussão da Revolução de São Domingos (Haiti) que ocorreu no final do séc. XVIII. Este fato fez com que as elites dominantes no Brasil criassem um temor de que uma revolução escrava viesse a ocorrer no Brasil, sendo conhecido como "haitianismo". Achavam que uma sublevação em massa poderia destruir o sistema

escravocrata e, conseqüentemente, a economia, o que causaria a ruptura dos laços coloniais (REIS,1989).

No tocante à sexualidade e à moral, os jesuítas já denunciavam fatos abusivos e imorais em relação às uniões entre portugueses e índias e, depois, entre brancos, negras e mulatas escravas. Sexo pluriétnico, escravidão e concubinato formaram exatamente o tripé fundamental das uniões sexuais no Brasil.

O modo discriminatório português gerou uma hierarquização apurada no Brasil, onde se juntaram aspectos externos dos indivíduos – o fenótipo, assim como as relações e práticas do cotidiano.

No período colonial, foi desenvolvida uma mentalidade europeia racialmente discriminatória, que assumiu dimensões de um fenômeno cultural, marcando sobremaneira o perfil da sociedade de origem portuguesa.

O mito da pureza racial criou raízes através da estigmatização legal de diversos grupos sociais. Exatamente em 1603, as distinções culturais contra judeus e mouros foram estendidas aos negros e mulatos, o racismo penetrou no Brasil-Colônia e se instalou como traço importante da mentalidade brasileira.

A colônia era conhecida e tida como espaço de degredo, punição, aventura e até de terra do pecado, local onde se enriquecia. O mestiço é um elemento que, dentro do espaço social da colônia, não tem terra, não tem para onde ir. Segundo o imaginário religioso que sacraliza o ambiente e as relações entre os homens, a colônia era tida como inferno para o negro, purgatório para o branco e paraíso para o mulato, uma vez que, para os mulatos, a colônia era sua terra, nela estavam fixados, não era algo transitório. Eles já conheciam as regras sociais e como articular nelas suas limitações e estratégias necessárias.

A lenta constituição de uma camada mestiça pode ser percebida a partir do paulatino e constante beneficiamento do mestiço nas alforrias, nos trabalhos, no aprender o português e nos espaços sociais por eles ocupados. Vários registros foram realizados por estudiosos que permaneceram ou estiveram de passagem pela Bahia.

Em 1859, o médico alemão Avé-Lallemant, interessado em analisar o destino dos colonos estrangeiros no Brasil, escreveu sobre a Cidade do Salvador

Poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, no qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros.

Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos (AVÉ – LALLEMANT, 1961 p. 20)

Além da discriminação racial, o médico alemão preocupou-se com a mistura racial:

Essas múltiplas figuras negras modificando-se e movimentando-se misturadas é que dá a cidade este tom de africanidade e constitui por certo o seu lado sombrio, o seu lado escuro. E por isso não quero empregar a palavra desmoralização a que a classe dos negros deu origem. Creio, contudo, que a classe dos mestiços, dos filhos dos negros com os brancos é extremamente numerosa e dá talvez um testemunho de que ainda não se formou desse modo geral um juízo sobre as relações dos brancos com os negros. (AVÉ- LALLEMANT, 1961, p.22)

Diante das observações feitas em relação à sociedade baiana, o médico alemão desaconselhou a vinda de colonos alemães para Bahia.

Em uma outra passagem, o referido médico acha estranha a participação dos artistas negros no teatro baiano e, ainda indignado, registrou que “[...] muitas vezes tem-se levantado a questão, se a maioria predominantemente de negros e gente de cor não se poderá representar uma ameaça para a existência dos brancos”. Além de presenciar e

ouvir dizer, o referido médico, cita as complexas relações e posições políticas entre negros africanos e mestiços. Aos africanos atribuiu a articulação e a prática de solidariedade através da ascensão religiosa e política. Analisando o lado mestiço, talvez pelo fato de ter tido um maior contato com isto sua visão preconceituosa se fez presente. Mais, certamente, os seus contatos ocorreram entre as elites das cidades. Registrando a memória sobre os extratos sociais, Avé Lallemand (1961, p.49):

Não acontece o mesmo com os mestiços. Tendo a maioria deles sangue africano pelo lado materno, essa classe de gente inclina-se diretamente para a raça branca e quando se trata de tomar partido, mostra-se hostil e até cruel com a raça negra, como aconteceu exatamente em 1834[...] importou-se à gente de cor da Bahia tendências republicanas e julga-se que um Estado livre de gente de cor numa província não está no rol das causas. A famosa Sabinada, no ano de 1837 foi certamente um movimento de gente de cor, embora alguns brancos ambiciosos ficassem ao seu lado e nela tomaram parte ativa. Se realmente tal propensão para as idéias republicanas ainda desafiará a monarquia para a luta, não se pode prever.

Na Bahia, o estudo das relações sociais se inicia com os estudos antropológicos e sociológicos de Donald Pierson que, em 1945, publica *Branços e pretos na Bahia*. Pierson, ao escrever esta obra, foi influenciado pelas obras de Gilberto Freyre, especialmente *Casa Grande & Senzala*. O autor investiga não apenas as relações pessoais, mas também as relações familiares, o cotidiano, a linguagem, o preconceito racial, a inserção no mercado de trabalho, além, evidentemente, de analisar as estratégias utilizadas pelos negros e mulatos para alcançarem a ascensão social. Neste estudo, Pierson analisa também as vantagens dos mulatos em relação aos negros no processo de ascensão social, destacando mulatos que atingiram os mais altos patamares na escala social.

Thales de Azevedo, por sua vez, realizou vários trabalhos que visavam analisar as relações raciais, não somente na Bahia, bem como no Brasil. Seu mais importante trabalho foi *Às elites de cor: um estudo de ascensão social*. Nesta obra, o autor pressupõe a existência de uma democracia racial, fundamentando sua elaboração no contato, atitudes e relações pessoais dos baianos.

O grande crescimento da mestiçagem na Bahia, para Thales, constituiu-se num dos indicadores da amenidade da discriminação. O autor, juntamente com a maioria dos estudiosos da questão da discriminação no Brasil, baseia-se no fenótipo, uma vez que não era adotado o critério de ascendência, por isso, os critérios biológicos é que determinavam a discriminação racial. Isto permitia dizer que, na Bahia, não existiu preconceito racial e sim de cor.

“*As elites de cor*” é um trabalho etnográfico que aborda tipos e expressões raciais na Bahia, analisando como os indivíduos se inter-relacionam nas várias instâncias das relações sociais e culturais.

Em relação aos mulatos, o autor revela aspectos sobre a imagem estereotipada de instabilidade, arrogância, exibicionismo, assim como um emaranhado de preconceitos a que está diretamente envolvido e de que também é agente. Conclui que não existe uma discriminação marcante contra eles, sendo seletiva, sem hostilidade forte contra os mulatos como um grupo.

Na obra *Classes sociais e grupos de prestígio*, Thales faz uma revisão a respeito de suas conclusões sobre mobilidade social, relações entre classes e relações raciais na Bahia. Refletindo sobre as hierarquias sociais, descreve as preferências e tendências da estratificação social. Acredita que as classes são estratificadas de acordo com as suas

relações com o produto e aquisição de bens, uma vez que os grupos de *status* estratificam-se segundo padrões de consumo representados por especiais estilos de vida.

Para o autor, o *status* passa a ser definidor da estrutura social, onde a cor tem papel preponderante ao lado de outros elementos, tais como as relações familiares. Azevedo afirma que, na Bahia, ocorreu uma acomodação da nova ordem de classes sociais, que aconteceu em parte entre os dois esquemas: o de prestígio e o de classes, advindo, daí, a permanência dos grupos, durante muito tempo, nas posições ocupadas, por cada um deles.

Todas as sociedades criam os seus sistemas de estratificação social que, de um modo geral, estão diretamente relacionadas aos mecanismos de poder que alguns grupos exercem sobre outros. Na sociedade baiana, a classificação racial apresenta um papel importante como elemento que delinea uma estratificação. Por meio das características físicas, era possível determinar um lugar, porém este não era o único mecanismo classificador. Estes lugares socialmente eram negados, mas, de acordo com determinados momentos e casos, podiam ser flexibilizados.

Por ser a sociedade baiana escravista, o estatuto jurídico foi o primeiro elemento definidor da sociedade. Por este fato, a sociedade baiana era rígida e determinava e reforçava a idéia amplamente defendida de que a sociedade colonial brasileira era constituída apenas de senhores e escravos.

Contudo o estatuto jurídico não era o único elemento a determinar a organização social, uma vez que a cor, entre outros, adquiriu significação que se tornou tão importante quanto o referido estatuto.

Porém um fato curioso acontecia, pois, mesmo que o negro fosse libertado, a sua cor o aproximava da condição de escravo, até mesmo se tivesse nascido livre, sua ascendência próxima marcava-o com escravo. A sociedade baiana seguia os padrões de vida europeu, que relacionava os de cor negra a trabalhos ditos inferiores, sendo o trabalho braçal um deles.

Para se entender melhor a questão da cor no Brasil, é necessário reportar-se ao estudo das significações, bem como das dimensões do cotidiano, do vivido, no qual os indivíduos não apenas se referiam à cor para fazer uma descrição física, mas para qualquer referência pessoal. É necessário, ainda, resgatar a mentalidade discriminatória ou européia que se instalou no Brasil, assumindo dimensões culturais e marcando o perfil da sociedade do século XIX.

Já na Bahia, no mesmo período, a presença do mulato ocorria de forma marcante na sociedade de Salvador, favorecida pelo seu processo de ascensão social, de maneira bastante intensa.

É necessário analisar os diversos aspectos da ascensão dos mulatos, tais como sua inserção social, os processos da ascensão e a mentalidade discriminatória ocorrida no cotidiano. Este é um dos objetivos da pesquisa, que visa analisar e avaliar os mecanismos de ascensão dos mulatos desde o fim do século XVIII até o início do XIX.

Esta ascensão ocorreu no dia-a-dia, de maneira aberta ou silenciosa, sendo diferenciada a depender de alguns outros aspectos no que diz respeito à ascensão social do indivíduo, como prestígio, relações pessoais e educação. Alguns dos aspectos dessa diferenciação ora se explicitavam, ora se colocavam na questão da cor dos indivíduos.

Necessário se faz realizar uma breve abordagem dos trabalhos historiográficos que abordam a questão da estratificação e relações raciais na Bahia.

Luis Henrique Dias Tavares desenvolveu a sua obra tomando por base a linha da História Política, sem, contudo, se afastar da História Social, e, por isso, seus trabalhos fazem referências ao complicado e intricado processo de relações sociais na Bahia, exatamente entre os séculos XVIII e XIX, dando maior ênfase às hierarquias sociais e raciais. Os seus trabalhos relacionam problemas que revelam o complexo processo de relações sociais na Bahia no referido período, tomando por base a Revolução dos Alfaiates, levantando a história dos homens de cor, sua identidade e a inserção na sociedade da Bahia. Uma das suas obras mais conhecidas (*Participação da Bahia na luta da Independência*, 1972) fala sobre o movimento dos alfaiates, evidenciando a importância da questão racial que ocorreu naquele movimento. Insere dados para avaliar o contingente racial, registrando com maior percentual dos acusados como homens de cor e em sua maioria de pardos.

O autor, posteriormente, realiza uma investigação sobre "O Soldado Luis Gonzaga das Virgens", analisando a sua participação no movimento conhecido como dos alfaiates, que não chegou a se concretizar. Busca analisar essa trajetória individual para o movimento bem como as relações escravistas e dos negros escravos com outros grupos.

Em 1960, Kátia Mattoso, através do trabalho *Bahia, Século XIX*, chega à conclusão de que a sociedade baiana necessita ser pensada através da articulação de múltiplas hierarquias, como a cor e o poder econômico, que são responsáveis pelo atraso econômico local, uma vez que a Província não conseguiu se adaptar às mudanças de uma ordem social não escravista.

O seu trabalho faz uma reflexão sociológica da questão no que diz respeito às relações sociais na Bahia. Através de um estudo sistemático realizado a partir da radiografia das instituições sociais tais como a Igreja, a família, o Estado, analisa a estratificação social e o que esta denuncia em relação ao cotidiano das relações sociais nos mais diversos aspectos, sendo a inserção dos mulatos a mais importante de todas.

Ressalta como a sociedade colonial, desde o início, se notabilizou por uma mobilidade social ascendente e descendente, que sofreu um maior incremento com as alforrias e outras formas de conseguir a liberdade, tendo a miscigenação papel preponderante neste aspecto. Evidencia a existência de fatores que atenuavam as rivalidades e tensões que existiam entre senhores e escravos, sendo estas tensões mecanismos de reajustes contínuos que permitiam aos talentos individuais, a capacidade de enriquecer e tentar ascender socialmente. Isto facilitava a ascensão de grupos de cor, que se formavam socialmente embranquecidos, permitindo-lhes atingir as camadas superiores.

O historiador João Reis dedica parte de sua obra ao estudo da escravidão, destacando-se o livro *Rebelião escrava no Brasil*. O autor iniciou suas atividades de pesquisa com Kátia Mattoso a partir de 1970. A sua primeira publicação é o artigo intitulado "A elite baiana face aos movimentos sociais", tendo como finalidade analisar os movimentos sociais ocorridos na Bahia no século XIX. Desde então o autor passou a estudar e analisar as hierarquias sociais baianas.

Parece indiscutível a contribuição que a análise dos movimentos pode dar para o estudo da estratificação social da época. Tal análise poderá oferecer pontos inestimáveis em relação à ideologia deste ou daquele grupo social e assim tecer a teia dos interesses que distinguiam um grupo do outro.(REIS,1978,p346).

João Reis estuda os desentendimentos que ocorriam na própria elite e nas camadas sociais, visando compreender a estratificação baiana. O autor defende a necessidade de fazer um sucinto estudo cronológico dos movimentos livres e escravos, que se inicia em 1824 com o movimento do "Levante dos Periquitos" e finaliza em 1837 com a "Sabinada".

O autor ressalta a necessidade de se fazer uma investigação dos movimentos livres e escravos que ocorreram na primeira metade do século XIX, para que se possa compreender o processo mais amplo da estruturação da sociedade.

Ao analisar o quadro das crises que ocorreram no período, bem como a situação econômica, além da rebeldia que provocou um quadro de crise e a conseqüente agitação popular, o autor passa, a partir de então, a estudar e analisar a discriminação racial desses movimentos.

Após analisar os movimentos rebeldes que ocorreram no século XIX, bem como a questão racial, nos movimentos políticos e na sociedade como um todo, João Reis desmistifica a democracia racial, afirmando o caráter especificamente racista do sistema na atitude adotada contra os africanos libertos após o movimento escravo de 1835, quando o presidente da província da Bahia "[...] sugeriu o branqueamento da população por meio da imigração branca e da deportação dos negros para a África" (REIS, 1978).

João Reis, em seus trabalhos, analisa e explora os mecanismos, a operacionalidade e o sucesso ou não de uma ideologia dominante e racista que age sobre os diferentes grupos sociais bem como as diversas práticas de discriminação exercitadas no sistema colonial caracterizado pelas hierarquias sociais dominantes, tais como o diferenciado tratamento dado aos escravos crioulos e africanos.

Com o fim da escravidão e do Império, Salvador viveu por mais de meio século na República sem grandes movimentos econômicos e sociais. Neste período, houve uma completa estagnação no que diz respeito a burguesia, estratificação crescimento demográfico. A cidade apenas atendia a sua função portuária e a sua vocação mercantil, diretamente ligada à importância da agricultura de exportação. A indústria, até então existente, não atendia às necessidades econômicas, pelo contrário, ela estava passando por um processo de decadência, apresentando baixa capitalização, e não atendia às necessidades locais, dependendo do setor mercantil. Na realidade, o que sobressai na economia da cidade é o grande comércio voltado para a exportação de produtos primários e o comércio grossista, importador de mercadorias de outros países ou Estados brasileiros, visando atender às necessidades do consumo local.

Por isso, a burguesia mercantil e a oligarquia financeira foram a base de apoio para o poder político e o aparato institucional. Em função dessa vitalidade comercial é que a cidade moderniza o seu centro urbano. Já não existe a senzala, porém a estrutura social ainda guarda muitas características, do processo escravagista, uma vez que não ocorreram alterações na estrutura produtiva, no perfil das ocupações e se conservariam as formas de relações de produção não capitalistas.

Em conseqüência, vamos encontrar na cidade, de um lado, os baianos bem-nascidos, alguns estrangeiros, tais como portugueses, alemães, ingleses, suecos que formavam a elite branca, cosmopolita, civilizada e educada. Em contraposição, estava a cidade dos negros e mestiços, pobre, mal-educada, ignorante, também chamada de “arraia miúda”.

A sociedade que surge é uma sociedade de classes, determinada pelo interesse do antagonismo entre capital e trabalho, determinada por relações pessoais, favores e concessões do patrão.

Entre esses grupos fortemente separados étnica e socialmente, surge um grupo intermediário, heterogêneo e reduzido, buscando melhorar as suas condições de vida, a cooptação ou a identificação com a classe dominante. A distinção ou diferença entre as duas classes é tão acentuada que Thales de Azevedo nos chama a atenção que apesar de terem ocorrido mudanças políticas e socioeconômicas verificadas nos últimos anos [...] *os brancos isto é, as pessoas socialmente consideradas como tais e a "gente de cor", enquanto grupos continuam nas mesmas posições que tinham no passado (AZEVEDO 1959,p 32;33)*

E em outro texto diz, Thales de Azevedo:

Fazendo uma reflexão do que já foi citado como pode ser a cidade de Salvador que desde o início do século XX as raças e classes sociais continuam marcando a segregação a exploração ser considerada como paraíso racial, a cidade da cordialidade e convivência entre os homens? (AZEVEDO,1959 p. 23)

Se a Bahia passou, durante 50 anos, por um processo contínuo de regressão, justamente pela perda da força e do prestígio no que se refere às questões econômicas e políticas, por outro lado, apresenta um avanço no que diz respeito ao exercício do poder e da dominação sobre os subalternos da sociedade.

Duplo e unitário, ambíguo e coerente, são os discursos e práticas culturais do projeto hegemônico, a conferir força e dualidade no que se viria a chamar de baianidade. Cria-se, assim, outra realidade onde Salvador é a mãe da democracia, das classes e das

raças, onde a arte da conciliação supera os interesses, harmonizando divergências e equilibrando os antagonismo em benefício da Bahia inteira.

Para entender por que Salvador pôde ser considerada como berço da “democracia racial”, dois aspectos são fundamentais:

1. As revoluções escravas que ocorreram no século XIX.
2. Após a abolição, na sociedade baiana, quem realizava trabalhos pesados eram os negros e os mestiços, ou seja, trabalhos de baixa produção intelectual e muita utilização da força física, que era barata e abundante. Os trabalhadores eram tratados mais como escravos, pois, embora livres, não tinham os vínculos de relação capital e trabalho, que define o mercado capitalista.

É exatamente através dessa visão que as classes dominantes modelam a ideologia que preconiza a igualdade entre raças. Essa ideologia racial é auxiliada pela ascensão social de alguns negros e mestiços. Estes, por sua vez, com a mudança de *status*, afastam-se dos membros de sua categoria racial ou social de origem e passam a integrar, exatamente pela dominação e valorização, o mundo dos brancos ricos.

Equalizados na ideologia e na viabilidade do efeito demonstram, os negros, que são irredutivelmente diferenciados em relação aos brancos, no cotidiano da vida social em Salvador.

#### 4.13. O NEGRO ASCENDENTE ANTE O MUNDO GLOBALIZADO

Os entrevistados, em sua maioria, mesmo sendo oriundos das camadas economicamente mais baixas da população, no que se refere à realização dos seus projetos, têm uma visão a respeito da necessidade de uma maior qualificação possível da força de trabalho num mercado que está em vias de uma interação do mundo globalizado.

*Como a globalização, temos que estudar todo dia, uma vez que não estamos competindo apenas com brasileiros. Na realidade, a competição é com japonês, espanhol, argentino, português, estamos competindo com o mundo. Com a abertura do mercado, com a privatização das empresas nacionais a mão-de-obra estrangeira está presente em todos os locais, então para essa concorrência, temos é que estudar, temos que ser os melhores, acabou o emprego de carreira. A pessoa não fica a vida inteira em uma empresa. (Engenheiro, 53 anos).*

Na realidade, esta pesquisa confirma fatos observados na vida social, no tocante à participação dos negros no mercado de trabalho globalizado, o que vem aumentar as desigualdades relativas às classes sociais, principalmente para as populações negras.

*Creio que a situação para o jovem negro vai piorar cada vez mais, uma vez que estes estão nas camadas mais pobres da sociedade, nas camadas menos privilegiadas, de menor nível educacional, menor nível de informação etc. Além do mais esses fatores vão fazer com que as possibilidades dos negros conseguirem emprego sejam bastante reduzidos ou mesmo de não conseguirem oportunidades de emprego em setores mais elevados. Logicamente que as desigualdades vão ficar mais acentuadas para o negro. (Engenheiro, 57 anos)*  
*O meu crescimento profissional está diretamente ligado ao Estado, onde ingressei por meio de concurso público. Hoje me preocupa bastante, exatamente no momento em que o Estado se afasta e dão lugar as empresas privadas. No momento em que o Estado (que tem com objetivo permear pela democracia, pelas possibilidades iguais para todos), simplesmente se retira de um modo neoliberal, como é que ficam essas pessoas? Quem na realidade irá se preocupar com elas? (Professor de Física, 53 anos)*

É fato corriqueiro que alguns negros, quando alcançam uma certa posição no mercado de trabalho, na maioria das vezes são demitidos por não preencherem os novos requisitos exigidos pelo mercado de trabalho, muito embora tenham curso superior, tenham feito vários cursos promovidos pela própria empresa. Seria resultado de uma falha na educação que é dada ao negro, cuja postura de subalternidade o impede de ter um comportamento mais agressivo que atenda às novas regras que regem as relações de trabalho.

Existe um fato mais agravante que é a dificuldade que estes negros têm em manterem o *status* social adquirido, após terem conseguido a conclusão do ensino superior e o acesso a uma profissão de prestígio. Geralmente, a maioria só consegue fazer um curso de pouco prestígio no mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo. Muitos deles, após um certo período de independência, fazem o retorno à casa paterna.

Diante das colocações, vê-se que os entrevistados fazem uma ligação direta da escola como valor nos seus projetos de ascensão social, havendo também uma constatação que vêem suas trajetórias como um exemplo a ser seguido por outros negros e que o seu sucesso ocorreu graças às redes de relações que levam a ajuda e a solidariedade necessária a toda uma transformação estrutural de perspectiva de vida.

Para se entender a problemática da formação educacional da população negra do Brasil diante de um novo mercado de trabalho, é necessário comparar e fazer-se um paralelo entre a situação do negro no passado e no presente. Para se efetuar a análise dos antecedentes históricos da sociedade brasileira, deve-se reportar ao processo que caracterizou a colonização realizada pelos portugueses e os impactos que sucederam a esta colonização. A herança cultural escravista é hoje modificada, atualizada, através de

novas formas de consumo. O capitalismo, na sua forma globalizada, recria ou reelabora a diversidade, as diferenças entre trabalhadores, tendo como justificativa os excedentes, o desemprego e as exclusões de todos os tipos.

Na superação do escravismo pelo capitalismo, este jamais efetivou o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade para todo o povo brasileiro, muito menos para os negros. E isso não poderá ocorrer uma vez que o capitalismo tem como lema o princípio da exclusão estrutural, o que levará à marginalização muitos trabalhadores, sendo um princípio do capitalismo justificar tal seleção como uma conseqüente herança cultural, considerando o negro como uma raça inferior que não apresenta habilidades para uma nova tecnologia, ou seja, para um mundo globalizado. Os negros, por outro lado, incorporam o discurso da incapacidade para assumirem o que é dominado pelos brancos, principalmente as ações relacionadas com as tecnologias de ponta, justamente as que apresentam melhores remunerações.

É necessário dizer que, embora a profissionalização, qualidade relacionada à educação, seja importante, não é necessariamente suficiente para que o negro possa conviver com a herança atualizada da discriminação, uma vez que sua participação na formação da História do Brasil foi determinada pela colonização do português, que era voltada para uma domesticação, e não para uma formação crítica que viesse alimentar a auto-estima.

Durante 500 anos, fincou-se a superioridade do europeu, branco, em detrimento da subjugação do negro.

O perfil da distribuição da população brasileira colabora para a afirmação do racismo, a tentativa sistemática de inferioridade da população negra do Brasil não ficou no passado, continua atualmente.

As desigualdades ainda predominam, mesmo considerando a realidade de uma cidade como Salvador, que se insere, no âmbito nacional, como a maior “cidade negra” fora da África.

No final do milênio, surgiu um trabalhador com um novo perfil-polivalente, sendo capaz de executar funções diversificadas, exigindo pesados investimentos para ter um excelente desempenho, uma vez que as empresas investem na qualificação de alguns trabalhadores. Ai, dificilmente o negro estará incluído, uma vez que não é considerado apto a atuar num cargo de gerenciamento ou chefia, restando, para ele, posições tidas como inferiores. Principalmente por ser negro e, portanto, considerando inapto ou incompetente para essa função

Apesar de tudo, o negro, de um modo geral, não aceita o quadro acima citado, e essa insatisfação é determinada por resistência, protesto, etc., passando por diversas formas, o que demonstra a complexidade do tema. Algumas entidades políticas que se organizaram para combater o racismo, lutam pela conquista dos direitos, põem em prática ações afirmativas, programas de acesso à educação, marcando uma linha de inclusão; outras vão pelo campo da cultura, demonstrando a contribuição singular que os negros deram para que naturalmente se assumam como brasileiros.

Todos esses fatos analisados são importantes e necessários para se construir uma nova história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou discutir os problemas inerentes à ascensão social do negro na Cidade do Salvador, partindo do estudo da sua trajetória de vida.

Utilizou-se a princípio um universo de 100 pessoas negras. E a partir daí tomou-se uma amostra com 50 pessoas.

Fato comum entre as pessoas pesquisadas foi, basicamente, a existência de obstáculos que interferiram no seu processo de ascensão social: a falta de condições financeiras que serviu como entrave para o avanço do processo de escolarização.

Para o negro, esses entraves nada mais são do que a consequência da maneira como foi estruturada a sociedade brasileira, que desde o início, dispensou-lhe um tratamento discriminatório, já que, como escravo, lhe foi negado o direito à cidadania. Foi sempre tratado como sujeito de deveres, criado para o trabalho, sem condições de fazer reservas financeiras/econômicas, necessárias para a conquista de bens, que o levariam a participar da concorrida competição do sistema de classes.

Apesar da promulgação da abolição, a situação do negro não melhorou, uma vez que a nova ordem social competitiva não se transformou rápida e homoganeamente, a ponto de absorver a força de trabalho do negro, ficando mais nítido o paralelismo entre raça negra e posição social inferior.

Por outro lado, levando-se em consideração a investigação dos conceitos de identidade e de identidade racial, comprovou-se que os critérios que usualmente definem uma identidade racial, não são atributos básicos da construção da identidade social mais

ampla, vez que esses critérios não estão referidos no caráter, nas formas, de pensar ou de ser. Estas concepções estão relacionadas a fenômenos mais abrangentes, próprias das sociedades mais complexas e modernas.

A análise do confronto de categorias atribuídas e de categorias assumidas como identidades raciais, denota a convergência nos termos, indicando tratar-se a cor ou raça de um dado de caráter fenotípico e não apenas de pigmentação, construído dentro de um “campo de possibilidades”(Velho,1994). A abordagem relacionada ao problema de classificação nos leva a demarcar fronteiras para a compreensão do sistema como um todo, permitindo estabelecer novas implicações e limites para a análise das categorias. Percebe-se também, dentro desse campo, a existência de um espaço próprio, reservado à construção de uma identidade racial mestiça, que está relacionada à forma dicotomizada como são pensadas e tratadas as relações raciais no Brasil.

A pesquisa realizada apontou ainda a maneira preconceituosa e discriminatória que marcou ou a trajetória de cada participante da pesquisa, chegando a interferir nos seus projetos e na escolha das profissões, ao mesmo tempo em que indicou a tendência de preservação dos mesmos mecanismos de ascensão do passado.

No processo da escolha, além das condições de vida a determinar uma formação escolar precária, acrescentam-se-lhe as experiências de preconceitos e discriminação as quais levam a grande maioria das pessoas negras que conseguem chegar a uma universidade, a cursos menos concorridos, de menor *status* social, geralmente associados a ocupações, menos remuneradas, conforme comprova pesquisa realizada por Delcele Mascarenhas em, relação aos alunos que ingressaram na UFBA em 1998. Sendo assim, é possível estabelecer uma relação entre raça e cor/cursos e profissões, o que leva a concluir

que apesar ter existido um grande projeto social e trajetórias de sucesso alcançadas por esses negros, cujas histórias de vida foram narradas nesta pesquisa, a desigualdade existente entre negros e brancos ainda é imensa e permanece por meio de renovação dos mesmos preconceitos do passado que limitavam a mobilidade social. Em síntese, a interferência do preconceito e da discriminação racial em escolhas de projetos e trajetórias faz com que a cor ou a identidade racial continue sendo atributo *de status* na sociedade brasileira.

Através desta pesquisa, observa-se que os negros e mestiços de classe social mais baixa operam seu processo de ascensão social, por meio de uma educação superior, partindo de uma rede de relações ou de ajudas. Estas relações de amizade e solidariedade entre as pessoas e famílias de determinadas classes sociais e diferentes identidades raciais, determinam ou estabelecem essas transformação sociais, apoiando e até mesmo incentivando as trajetórias de ascensão.

Esta pesquisa mostra como está hierarquizada e estruturada a sociedade brasileira, fazendo com que se perpetuem os mecanismos que levam à ascensão social das camadas discriminadas, via rede de relações, em grande parte pessoais, de ajuda e amizade.

Fazendo um paralelo entre os resultados desta pesquisa com a que foi realizada por Thales de Azevedo na Bahia por volta de 1950, em que foi analisada a persistência social dos mecanismos de discriminação e preconceito nas relações raciais, evidencia-se a continuidade das mesmas regras que a sociedade de então utilizava para continuar ou perpetuar os comportamentos e atitudes em relação ao negro em processo de ascensão social. Além disso, são reproduzidas as mesmas estratégias para vencer os mesmos obstáculos e as mesmas dificuldades, o preconceito do negro em relação ao próprio negro,

o estranhamento do negro que ascende, o isolamento social a que este está condicionado, o reconhecimento, pela sociedade, dos sinais visíveis da ascensão social de alguns negros.

Todos esses fatos mostram os padrões de desigualdades sociais e raciais ainda existentes na sociedade baiana e brasileira.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de que, nas considerações finais, houvesse condições de responder se a inserção do negro no mercado de trabalho de maneira bem-sucedida está mesmo diretamente vinculada ao nível de escolaridade.

As histórias de vida relatadas mostram que a rede de ajuda a que alguns entrevistados tiveram de recorrer foi mais importante do que o efeito da escolarização. Esta rede de ajuda corrobora com a idéia dos marxistas de que a escola tem como função principal promover a ascensão social de toda uma classe e não a de alguns elementos desta classe, conforme os depoimentos prestados. O que evidencia que, em nosso sistema, a escola não atua nesse sentido, por isso ela não é o suporte da transformação social, uma vez que o sucesso de uns poucos evidencia que, para a maioria, ela cumpre efetivamente seu caráter reprodutor.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGIER, Michel. Etno política: a dinâmica do espaço afro baiano. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 22, p. 99 –115, 1992.

ALBUQUERQUE, Manuel Mauricio de. Pequena história da formação social Brasileira. 4. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986

ALMEIDA, Cândido A. Perspectiva atual da América brasileira, Rio de Janeiro: IESB, 1959.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa: Presença, 1976.

ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1998.

APPLE, W. Michael. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AVÊ - LALLEMANT, Robert. Viagens pelo Norte do Brasil no ano de 1859. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

AZEVEDO, Célia Maria. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Séc XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Eliane. Raça: conceito e preconceito. São Paulo: Ática, 1990

AZEVEDO, Marcelo de Carvalho. Educação sociedade e justiça. São Paulo: Loyola, 1980

AZEVEDO, Thales de. As elites de cor: um estudo da ascensão social brasileira. São Paulo: Nacional, 1955.

AZEVEDO, Thales de. Classe sociais e grupo de desprestígio: ensaios antropológicos. Salvador, Editora da UFBA, 1959.

AZEVEDO, Thales de. Povoamento da Cidade do Salvador. Salvador: Itapuã, 1969.

BARCELAR, Jéferson, CAROSO, Carlos. Brasil: um país de negros. Salvador: CEAO: Pallas, 1999.

BARCELAR, Jefferson. Galegos no paraíso racial. Salvador: Ianamá: CEAO: CED, 1994.

BARCELOS, Luiz. Educação: um quadro de desigualdades raciais. Estudos Afro asiáticos, n.23, 1992

BARCELOS, Luiz. Mobilização social no Brasil: uma revisão crítica. África - Ásia, Salvador, n17, 1996.

BARRIOS, Luiza. O reforço da subordinação força de trabalho e emprego. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRIOS, Luiza. Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho – Bahia 1950 –1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFCH/UFBA, Salvador, 1998

BARRIOS, Luiza. África e poder: Uma perspectiva afro-americana sobre política racial no Brasil. Afro – África, Rio de Janeiro, p. 60, 1996

BARRIOS, Luiza; CASTRO, Nadia; BARRETO, Vanda de Sá. Negros e brancos em um mercado de trabalho: In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCSS, 16.1992 Caxambu, MG. Anais Caxambu, 1992. p. 32 a 54

BASTIDE, Roger. Estereótipos dos negros através da literatura brasileira. São Paulo: CEAO, 1996.

BASTIDE, Roger. Brasil terra de contrastes. São Paulo: Difel, 1959.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução elementar para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Barão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org) Identidade e etnia; construção da pessoa e resistência racial. São Paulo, Brasiliense:1980

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O negro de hoje visto pelo branco de agora. Estudos Afro-asiáticos. n. 17,05-28, 1989

BRAVERERMAN, H. Trabalho e capital: A degradação do trabalho no sec. XX. Rio de Janeiro: Guanabara,1987.

BRITO, Reginalda. Problemas da ascensão social dos negros em Salvador, Dissertação (Mestrado em Sociologia) FFCH/UFBa, Salvador, p. 22 – 39, 1983

CASTRO, Nádia Araújo; Vanda Sá. Trabalho e desigualdades raciais. São Paulo: Anna Blume, 1998.

CARNOY, Martin. Escola e trabalho no estado capitalista. São Paulo: Cortez, 1993

CARVALHO, Laura da Veiga. A reflexão dos fatores socioeconômicos no acesso diferencial às oportunidades educacionais. Dissertação (mestrado em Educação) UFMG: Belo Horizonte, 1975.

CEDRAZ, Célia. Apostila do Curso de Especialização para Supervisão Escolar Salvador: FAGED/UFBA, 1992

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 - 1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Haroldo: Fala crioulo. Rio de Janeiro: Record, 1982

COSTA, Marisa Vorraber (Org) Caminhos investigativos. Porto Alegre: Mediação, 1996.

Da MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In – Revitalizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEWEY, John. La teoría de la emoción: In: CALHOUN; SOLOMON. Tradução de Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

DURKHEIM, E. Sociedade do trabalho. São Paulo: Ed. Presença, 1984, v. 1.

ENGUITA, Mariano. F. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. (Série Educação, Teoria e Crítica).

ENGUITA, Mariano, F. Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes, 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERREIRA, Marieta AMADO, Janina. Usos e abusos da História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

FERRO, Marc. História das civilizações: das conquistas às independências do século XVIII ao século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FILHO, Walter Fraga. Mendigos, moleques e vadios na Bahia, Século XIX. Salvador: UFBA, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar; punir: O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1974.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc. XIX. São Paulo: Nacional, 1979.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: J. Olimpio: INL, 1977.

FRIGOTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, Antônio Maquiavel: A política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1989.

HASENBALG, Carlos: Discriminações e desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Estrutura social, mobilidade e raça. Ed. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1983.

JUNIOR, Prado Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- JÚNIOR, Prado Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1949
- LEVIN, Henry M. et al: Educação e desigualdades no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LIMA, Vivaldo Costa. A família de Santo nos candomblés Fefê Nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupoais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFBA, Salvador 1997.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- LUZ, Marco Aurélio. AGADÁ: dinâmica da civilização brasileira. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.
- MALDONADO, Luís. Religiosidad popular: nostalgia de lo mágico. México: Ed. Cristiandad, 1975.
- MARX, Karl. O Décimo Oitavo Brumário da L. Bonaparte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de. A Cidade do Salvador no séc. XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MATTOSO, Kátia M. de. Bahia, séc. XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de. Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela independência. Salvador: Universitária, 1973.
- MALHEIRO, Perdígão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MCLAREN, Peter. Rituais da escola. Petrópolis: Vozes, 1992.

MACHADO NETO, Zaidê. Mulher trabalho e discriminação um estudo realizado em Salvador. In: MACHADO NETO, Zaidê; SIMÕES, Luzinete. Revista Ciências Humanas, Salvador, n. 15, p. 27 – 28, 1976

MANACORDA, Mário. A. A vida nas escolas. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MANACORDA, Mário A. História da educação. São Paulo: Cortez, 2000

MANACORDA, Mário A. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Autores Associados, 1991.

MANACORDA, Mário A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1976.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e costumes. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes 1999.

NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, saber, produção em Marx e Engels. 2 ed. S. Paulo: Cortez, 1990

OLIVEIRA, Lúcia Elena. O lugar do negro na força do trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

PASTORE, José. Desigualdades e mobilidade social do Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1979.

PEREIRA, Borges J. Cor e mobilidade. São Paulo: Pioneira, 1987.

PIERSON, Donald. Ascensão social do mestiço: brancos e pretos na Bahia. São Paulo: Nacional, 1971.

PIERSON, Donald. Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Nacional, 1945

PINTO, Costa L. O negro no Rio de Janeiro: Relações de raça numa sociedade em mudanças. São Paulo: Nacional, 1952, p. 65 –111 e 222 – 223.

PRADO, J.F. de Almeida. Primeiros povoadores do Brasil: 1500 - 1530. São Paulo: Nacional, 1972.

PROJETO A COR DA BAHIA. Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas. Salvador: Novos Toques, 1997.

QUEIROZ, Maira Isaura Pereira de. Coletividades negras: ascensão socioeconômica do negro no Brasil, I em São Paulo. São Paulo: Ciência, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Perreira de. Relatos orais do indizível ao dizível. In: Von Sinon, Olga (Org). Experimentos com histórias de vida. Brasil: Vértice, 1988. p. 14 – 21.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Raça e educação superior: a cor da UFBA: reflexões preliminares. Trabalho apresentado no XXII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, M.G, 1998.

REIS, João José. A elite baiana face aos movimentos sociais 1824/1840. Revista de História. São Paulo, 1978. Separata.

REIS, João José; Eduardo Sodré. Negação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do povo brasileiro. 13. ed. São Paulo: Bertland Brasil S.A.. 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: J. Olympio 1944.

SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A independência do Brasil na Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

TAVARES, Luís Henrique Dias. As idéias dos revolucionários de 1798. Salvador, 1956.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Cipriano José Barata de Almeida. Salvador, Editora da UFBA, 1986.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo: Ática: INL/MRC, 1981

TAVARES, Luis Henrique Dias. História de sedimentação tentada na Bahia em 1798. São Paulo: Pioneira, 1975

TAVARES, Luis Henrique Dias. O movimento revolucionário baiano de 1798. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1965.

TAVARES, Luis Henrique Dias. O pronunciamento de fevereiro de 1821. Universitas, Salvador, UFBA, p. 15 – 16, 1973

TAVARES, Luis Henrique Dias. Participação da Bahia na luta da Independência. Recife: Estudos Universitários, 1972

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil de hoje. São Paulo: Moderna, 1996.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WILLE, Paul. Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.